



BARÓMETRO

CENTRO DE PORTUGAL

DEZEMBRO
2023



Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.



ÍNDICE

Apresentação	3
Síntese	4
Indicador global de avaliação	6
Fichas de análise	9
Crescimento e Competividade	10
Potencial Humano	35
Qualidade de Vida	48
Coesão	56
Sustentabilidade Ambiental e Energética	64
Anexo	70

FICHA TÉCNICA

Editor:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico: Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de edição: dezembro 2023

Nota: A configuração territorial da Região Centro, em que a região integra 100 municípios, é a definida no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, estando os limites territoriais das NUTS III estabelecidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

www.ccdrc.pt



DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

A informação deste barómetro encontra-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>

Apresentação

O Barómetro do Centro de Portugal tem como objetivo monitorizar o progresso alcançado pela Região Centro, em alinhamento com a estratégia definida no Plano de Ação Regional para o período 2014-2020. Incorpora cinco dimensões de análise consideradas relevantes:

1. Crescimento e Competitividade
2. Potencial Humano
3. Qualidade de Vida
4. Coesão
5. Sustentabilidade Ambiental e Energética

Este sistema de monitorização contempla um conjunto de indicadores-chave com algumas metas definidas, que serão objeto de acompanhamento periódico, permitindo identificar tendências, lacunas de progresso e eventuais ações corretivas e preventivas a desenvolver.

Dentro destas cinco dimensões de análise desenvolveu-se uma bateria de 25 indicadores, permitindo concertar as energias e focalizar os esforços de todos na obtenção de resultados concretos em torno destes mesmos indicadores, considerados prioritários igualmente no que se refere à afetação de recursos orientada para resultados. Cada um destes indicadores resulta numa ficha de análise da sua evolução, sendo atualizada sempre que nova informação é disponibilizada.

Por ocasião do 10.º aniversário desta publicação, assinalado na edição de dezembro de 2023, foi também introduzida a dimensão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), prosseguindo com os objetivos da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, cada uma das 25 fichas de análise do Barómetro foi alinhada com o ODS respetivo entre os 17 aprovados pelos Estados-membros da ONU, para monitorização e avaliação do progresso da Região Centro nas várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental). Os 17 ODS encontram-se apresentados em anexo.



Para além desta perspetiva temática, o Barómetro do Centro de Portugal tem ainda como objetivo acompanhar a evolução da região numa perspetiva global do sucesso regional. Deste modo, é calculado um indicador global de avaliação da Região Centro que permite uma leitura sintética e imediata do seu comportamento relativo face às restantes regiões portuguesas. Os resultados do indicador global encontram-se desagregados pelas cinco dimensões de análise. A sua atualização é feita anualmente.

A lista das fichas de análise agrupadas por dimensões e respetivas subdimensões é então a seguinte:

Crescimento e Competitividade

Internacionalização

1. Exportações de bens **ATUALIZADA**
2. Investimento direto estrangeiro

Investigação, Desenvolvimento e Inovação

3. Investimento em Investigação e Desenvolvimento
4. Regional Innovation Scoreboard
5. Doutorados

Dinâmica Empresarial

6. Empresas gazela
7. Criação líquida de empresas

Criação de Valor e Produtividade

8. Produto Interno Bruto **ATUALIZADA**
9. Produtividade do trabalho **ATUALIZADA**

Potencial Humano

Educação e Formação

10. Abandono escolar precoce
11. População jovem com formação superior
12. Resultados de exames nacionais

Formação de Ativos

13. Formação ao longo da vida

População e Emprego

14. População residente
15. Taxa de desemprego
16. Taxa de desemprego jovem **ATUALIZADA**

Qualidade de Vida

17. Satisfação dos residentes
18. Produto Interno Bruto por habitante **ATUALIZADA**

Coesão

Coesão Social

19. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
20. Distribuição do rendimento

Coesão Territorial

21. Dispersão da variação populacional
22. Dispersão do rendimento familiar

Sustentabilidade Ambiental e Energética

23. Energias renováveis
24. Emissão de gases com efeito estufa
25. Eficiência energética

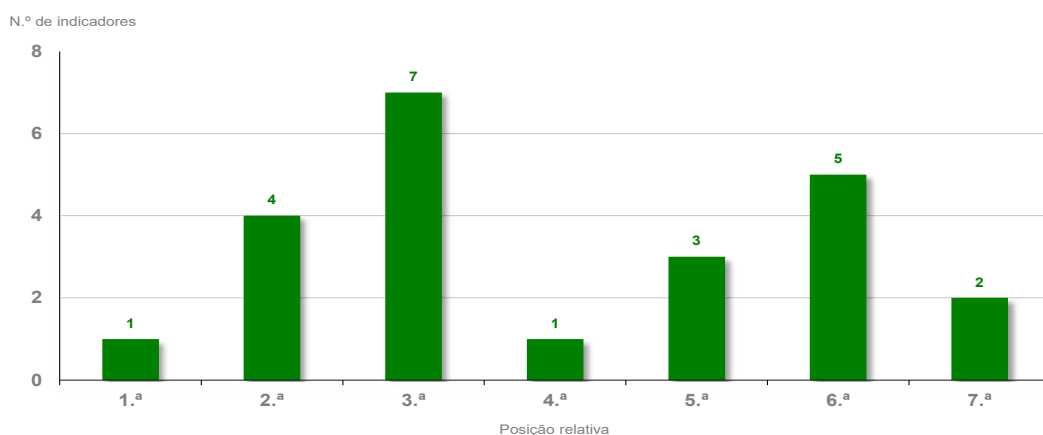
INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO



DIMENSÕES DO INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO

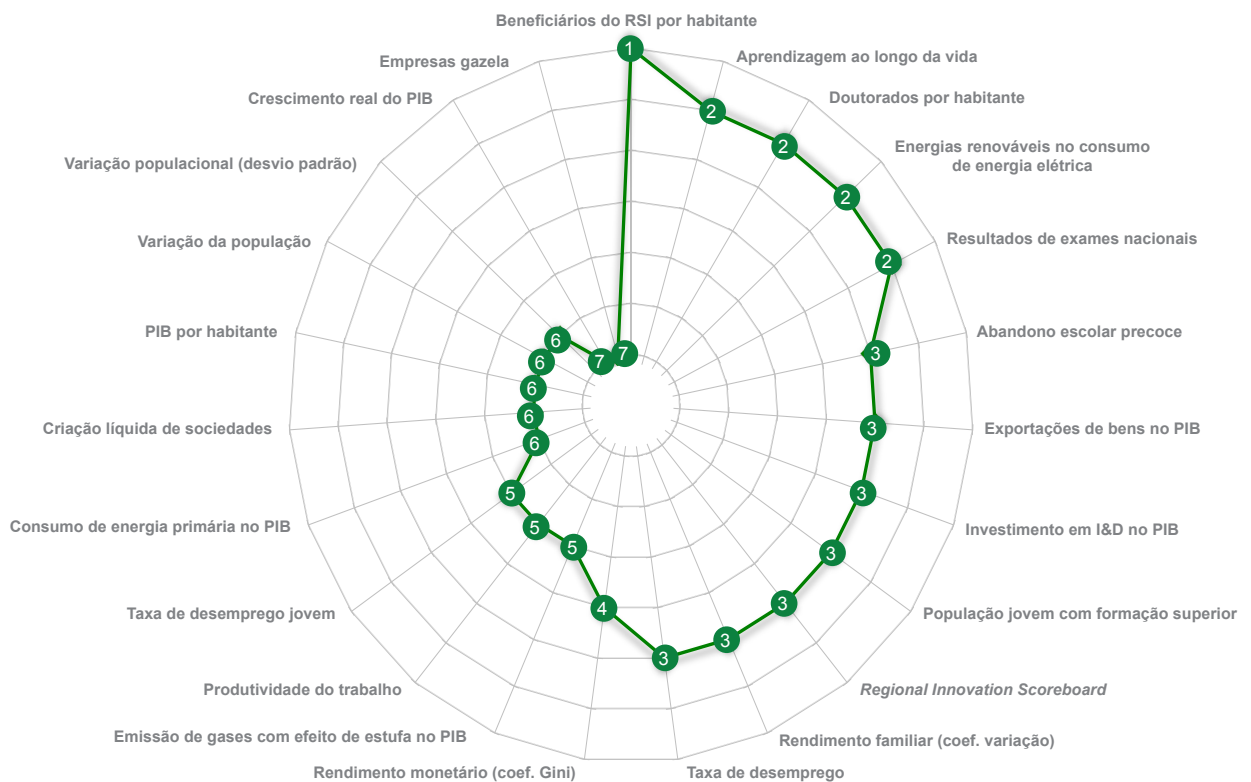
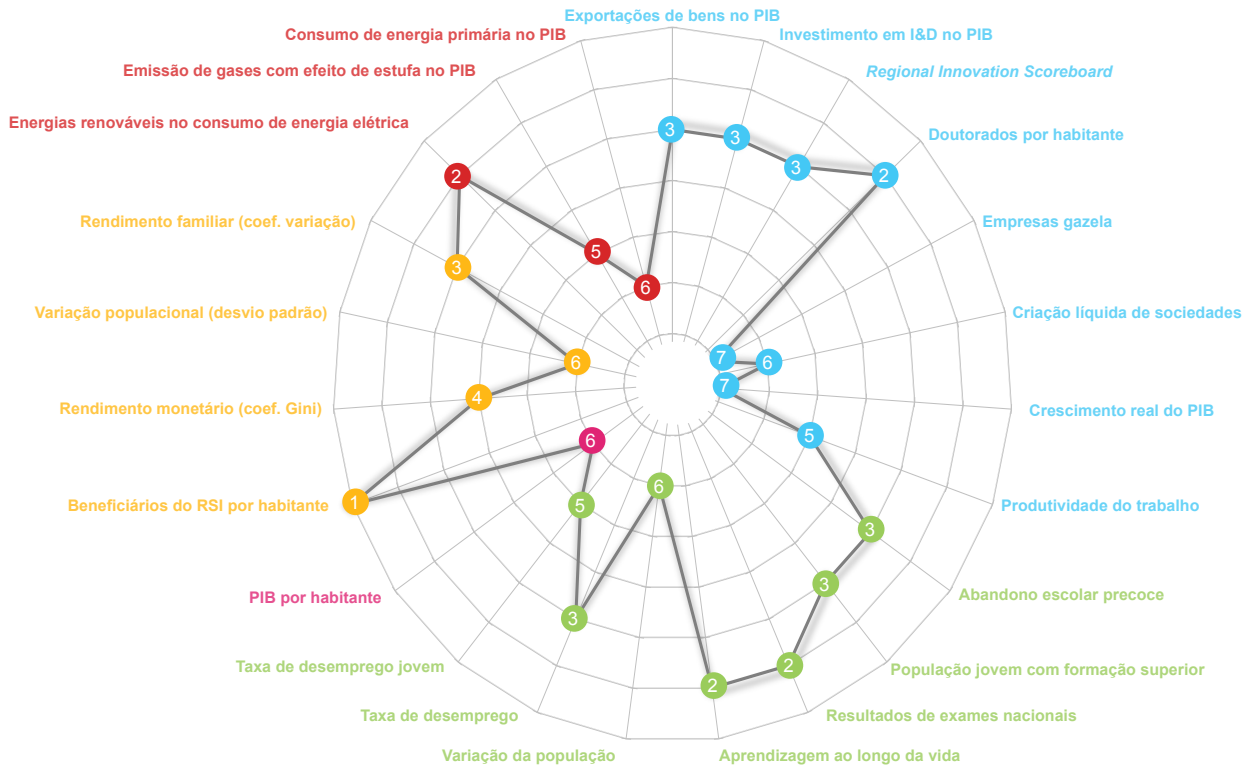


POSICIONAMENTO DA REGIÃO CENTRO FACE ÀS RESTANTES REGIÕES NUTS II (NÚMERO DE INDICADORES EM CADA POSIÇÃO RELATIVA)



Nota: Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente “crescimento do investimento direto estrangeiro” e “indicador de satisfação dos residentes”.

INDICADORES SEGUNDO O POSICIONAMENTO DA REGIÃO CENTRO FACE ÀS RESTANTES REGIÕES NUTS II (ORDENAÇÃO POR DIMENSÃO E POR POSIÇÃO RELATIVA)





BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO



Indicador global de avaliação

dezembro de 2023

Indicador global de avaliação e suas dimensões

	Indicador global	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
2023	4,01	3,36	4,57	1,97	5,25	4,75
2022	4,74	4,44	6,09	2,05	4,35	4,77
2021	4,55	4,37	5,13	2,60	4,73	4,99
2020	4,68	3,81	5,73	2,57	5,98	4,87
2019	5,10	4,69	5,94	2,57	6,07	5,07
2018	4,52	3,46	5,83	2,12	5,73	5,03
2017	4,90	4,47	5,79	2,16	5,74	5,09
2016	4,75	4,04	5,67	2,59	5,81	5,10
2015	5,00	4,46	5,83	2,64	6,06	5,12
2014	4,67	3,96	5,14	2,68	6,32	5,28
2013	4,78	4,22	5,04	3,93	6,18	4,84
2012	5,09	4,66	5,75	4,05	6,17	4,33
2011	4,52	3,44	5,31	4,04	5,90	4,75

Pontuação dos indicadores que integram o indicador global de avaliação da Região Centro e respetivas ponderações do Conselho Regional

Indicadores	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	Ponderações do Conselho Regional
Exportações de bens no PIB	6,2	6,1	5,6	5,6	5,6	5,4	6,0	5,6	5,6	5,7	8,7
Crescimento do IDE	1,0	7,0	1,0	1,0	7,0	1,0	4,0	1,0	7,0	1,0	9,2
Investimento em I&D no PIB	5,4	5,0	5,6	5,5	5,8	5,4	5,5	5,8	5,2	5,2	8,4
Regional Innovation Scoreboard	4,9	5,5	5,5	6,4	6,4	6,5	6,5	5,4	5,0	5,0	7,4
Doutorados por 1.000 habitantes	5,6	4,2	4,8	4,4	4,7	4,6	5,2	5,2	5,3	4,8	6,6
Empresas gazela	1,0	3,2	3,9	1,0	1,9	1,3	2,1	3,0	1,0	1,0	7,0
Criação líquida de sociedades	3,4	5,4	4,5	2,3	3,1	4,2	4,9	4,3	4,1	4,9	7,7
Crescimento real do PIB	1,0	1,0	7,0	6,1	5,2	1,6	4,7	5,3	5,0	7,0	8,4
Produtividade do trabalho	2,1	2,3	1,9	2,0	1,9	1,7	1,5	1,3	1,3	1,2	8,4
Abandono escolar precoce	6,2	6,2	7,0	7,0	6,9	7,0	6,9	6,4	7,0	7,0	7,6
População jovem com formação superior	6,1	6,2	1,0	5,0	6,3	6,0	5,1	3,3	4,4	3,9	7,8
Resultados de exames nacionais	5,3	5,3	4,0	7,0	6,9	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,9
Aprendizagem ao longo da vida	5,7	5,0	5,1	5,1	5,6	4,3	4,7	3,8	4,7	5,1	7,6
Variação da população	1,1	7,0	7,0	2,4	2,1	2,4	2,6	5,0	3,5	1,0	7,8
Taxa de desemprego	7,0	6,2	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	8,8
Taxa de desemprego jovem	1,0	6,5	4,6	6,5	6,7	7,0	7,0	7,0	5,3	5,0	9,1
Indicador de satisfação dos residentes	3,0	3,0	4,0	4,0	4,0	3,0	3,0	4,0	4,0	4,0	8,1
PIB por habitante	1,0	1,2	1,3	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3	1,4	1,5	8,6
Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes	7,0	7,0	7,0	7,0	6,9	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,2
Rendimento total (coeficiente de Gini)	5,9	1,0	1,0	6,9	7,0	7,0	7,0	6,1	6,1	6,1	7,0
Variação populacional (desvio padrão)	2,3	3,5	4,9	3,9	4,2	3,1	3,1	4,3	5,1	6,2	6,8
Rendimento familiar (coeficiente de variação)	6,0	6,2	6,3	6,2	6,2	5,9	5,9	5,9	6,1	6,1	6,8
Energias renováveis no consumo de energia elétrica	4,8	4,6	5,1	4,7	5,0	4,8	4,8	4,8	4,8	6,0	7,4
Emissão de gases com efeito estufa no VAB	5,2	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	6,8
Consumo de energia primária no PIB	4,3	4,5	4,6	4,7	5,0	5,0	5,2	5,2	5,3	4,5	7,5

Posições relativas das regiões NUTS II no indicador global de avaliação, por dimensões

	Indicador global*	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
Norte	2ª	2ª	1ª	7ª	4ª	1ª
CENTRO	3ª	4ª	3ª	6ª	5ª	6ª
AM Lisboa	1ª	1ª	2ª	1ª	1ª	4ª
Alentejo	5ª	3ª	6ª	4ª	2ª	7ª
Algarve	4ª	6ª	4ª	2ª	3ª	2ª
Açores	7ª	5ª	5ª	5ª	7ª	5ª
Madeira	6ª	7ª	7ª	3ª	6ª	3ª

*Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente "crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes".

Indicador global de avaliação

Nota Metodológica

O Indicador Global de Avaliação da Região Centro foi calculado com base na matriz dos 25 indicadores que integram o Barómetro. Para além deste índice sintético, são também disponibilizados valores agregados para cada uma das suas cinco dimensões: crescimento e competitividade, potencial humano, qualidade de vida, coesão e sustentabilidade ambiental e energética.

O cálculo destes seis indicadores sintéticos (indicador global de avaliação e cinco indicadores por dimensão) partiu da atribuição de pontuações ao posicionamento que a Região Centro assumia face às restantes regiões do país. A cada um dos indicadores do barómetro foi atribuída uma pontuação de 1 a 7 por interpolação linear considerando os valores máximo e mínimo registados pelas regiões NUTS II por indicador: 7 no caso da região ser a melhor, 1 no caso da região ter o pior desempenho, sendo as posições intermédias as que resultam desta interpolação. No caso de dois indicadores específicos ("crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes"), em que apenas se possuía informação para a Região Centro e Portugal, foi calculado o valor da região em percentagem da média nacional e seguidamente convertido numa pontuação também de 1 a 7:

Região Centro como % da média nacional	< 80%	80% - 90%	90% - 100%	100%	100% - 110%	110% - 120%	>120%
Pontuação	1	2	3	3,5	4	5,5	7

Posteriormente, as pontuações de todos os indicadores foram ponderadas pela importância que o Conselho Regional atribuiu a cada um deles, obtendo-se um índice global que permite avaliar o desempenho da região. Este procedimento foi replicado para cada uma das cinco dimensões do barómetro.



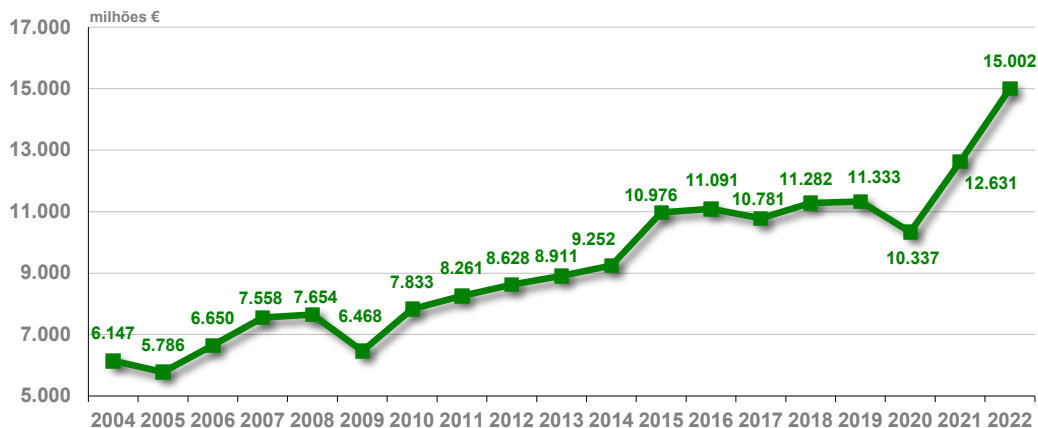
BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

FICHAS DE ANÁLISE

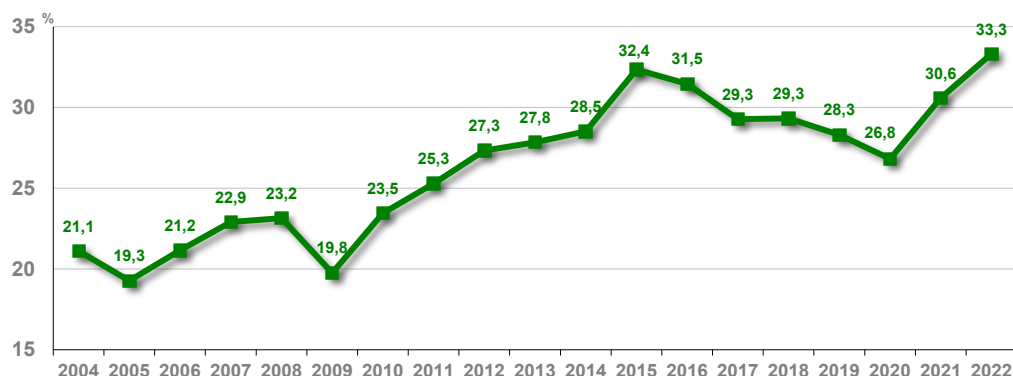




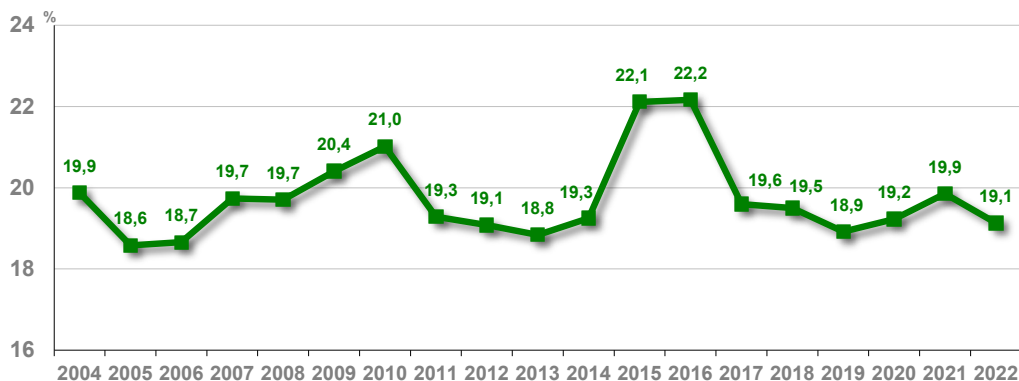
Exportações de bens na Região Centro entre 2004 e 2022



Peso das exportações de bens no PIB na Região Centro entre 2004 e 2022

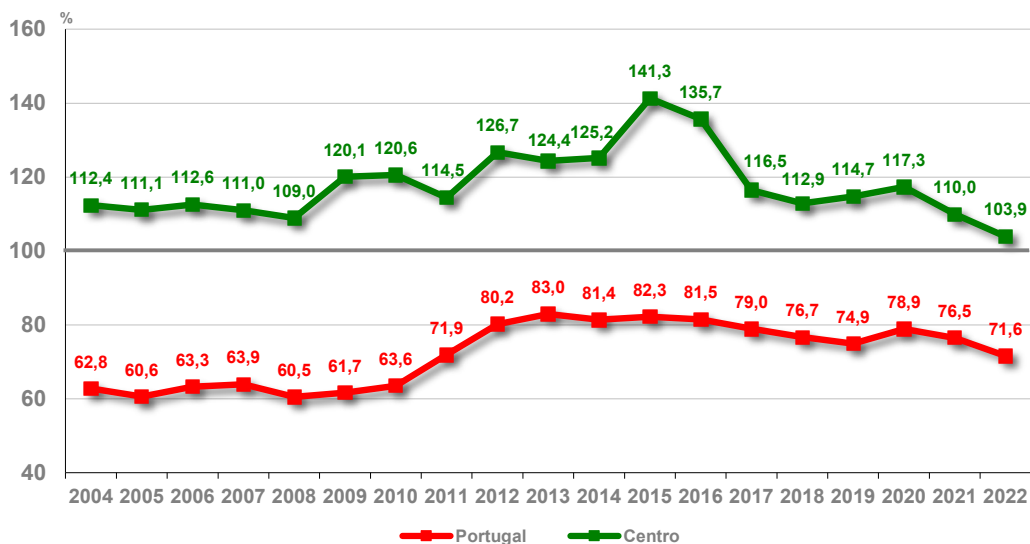


Peso das exportações de bens da Região Centro no total nacional entre 2004 e 2022

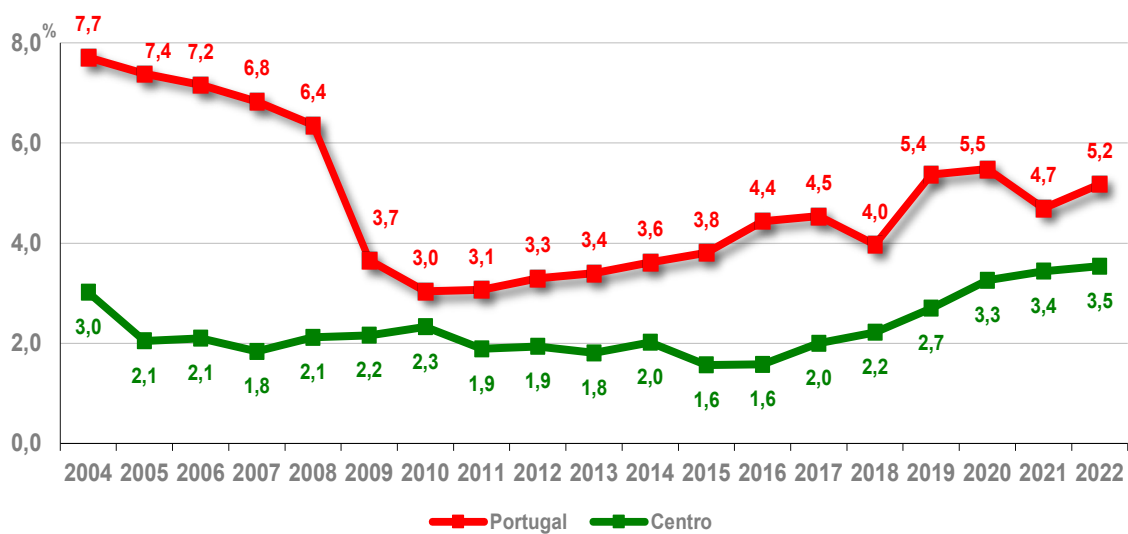




Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens entre 2004 e 2022



Proporção de bens de alta tecnologia em exportações na Região Centro entre 2004 e 2022





Posicionamento da Região Centro

	Exportações de bens, 2022 (milhões €)	Peso das exportações de bens no PIB, 2022 (%)	Peso das exportações de bens no total nacional, 2022 (%)	Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens, 2022 (%)	Proporção de bens de alta tecnologia em exportações, 2022 (%)
Portugal	78.403	32,4	100,0	71,6	5,2
Norte	27.154	37,8	34,6	108,9	4,4
CENTRO	15.002	33,3	19,1	103,9	3,5
AM Lisboa	23.766	27,2	30,3	45,2	6,0
Alentejo	5.675	37,4	7,2	137,0	1,7
Algarve	350	3,0	0,4	65,2	5,0
Açores	165	3,2	0,2	91,7	0,1
Madeira	359	6,0	0,5	104,4	7,7

Em 2022, as exportações de bens da Região Centro cifravam-se em 15 mil milhões de euros e cresceram 18,8% face a 2021. Depois de, em 2020, primeiro ano da pandemia por COVID-19, as exportações de bens terem recuado para valores inferiores aos verificados em 2015, conseguiram rapidamente recuperar e, em 2022, não só superaram os valores pré-pandemia, como alcançaram o valor mais elevado desde 2004. As exportações regionais de bens representavam 19,1% do total do país, tendo o Centro diminuído a sua importância no total nacional. Na região, as exportações de bens continuaram a superar as importações, mas a taxa de cobertura diminuiu para os 103,9%, menos 6,1 pontos percentuais do que no ano anterior e o valor mais baixo de toda a série. A taxa de cobertura nacional foi de 71,6%, tendo-se acentuado o predomínio das importações de bens. O peso das exportações de bens no produto interno bruto (PIB) regional, em 2022, aumentou para os 33,3%, o valor mais elevado desde 2004 e acima da média nacional de 32,4%. Em 2022, a importância das exportações de bens de alta tecnologia da Região Centro atingiu os 3,5%, prosseguindo a tendência crescente observada há seis anos e atingindo o valor mais elevado desde 2004. No entanto, apesar desta evolução, a região afastou-se da média nacional (de 5,2%).

Fonte: INE (exportações/importações - dados anuais definitivos de 2004 a 2022, disponibilizados em agosto de 2023 e extraídos pela CCDRC em setembro de 2023; PIB - dados anuais definitivos de 2000 a 2021 e provisórios de 2022, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2023).

Notas:

- 1) A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador.
- 2) O valor de Portugal das exportações de bens inclui a componente "Extra-Região".

Peso das exportações no PIB = Exportações de bens/PIB x 100

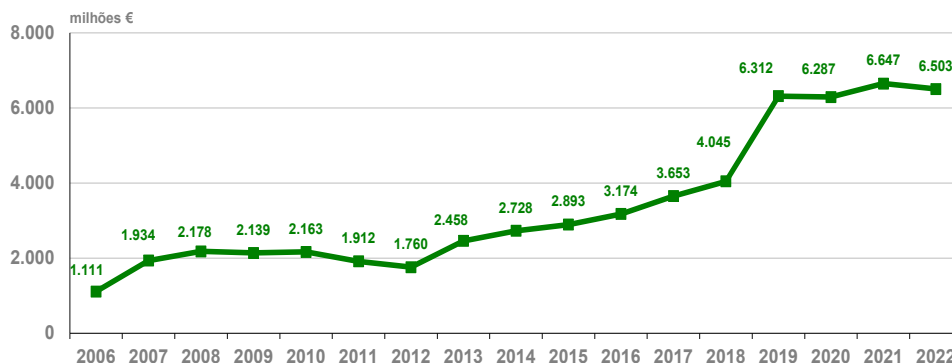
Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens = Exportações de bens/Importações de bens x 100

Proporção de bens de alta tecnologia em exportações = Exportações de bens de alta tecnologia/Total de exportações de bens x 100

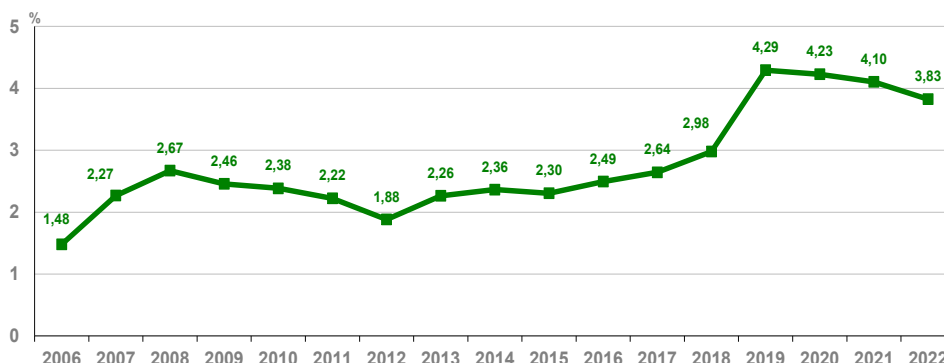
PIB – Produto Interno Bruto



Investimento direto estrangeiro (IDE) na Região Centro entre 2006 e 2022 (posições no fim de período)



Peso do IDE da Região Centro no total nacional entre 2006 e 2022 (posições no fim de período)



Investimento direto estrangeiro na Região Centro entre 2006 e 2022 (transações)





Posições de IDE em fim de período

	Região Centro			Portugal	
	Valor (milhões €)	Taxa de crescimento (%)	Peso no total nacional (%)	Valor (milhões €)	Taxa de crescimento (%)
2022	6.503	-2,17	3,83	169.962	4,94
2021	6.647	5,71	4,10	161.954	8,91
2020	6.287	-0,39	4,23	148.704	1,16
2019	6.312	56,06	4,29	146.993	8,24
2018	4.045	10,73	2,98	135.806	-1,70
2017	3.653	15,07	2,64	138.152	8,56
2016	3.174	9,75	2,49	127.260	1,39
2015	2.893	6,04	2,30	125.515	8,80
2014	2.728	10,99	2,36	115.366	6,32
2013	2.458	39,67	2,26	108.512	16,12
2012	1.760	-7,98	1,88	93.451	8,65
2011	1.912	-11,61	2,22	86.013	-5,20
2010	2.163	1,15	2,38	90.734	4,23
2009	2.139	-1,81	2,46	87.049	6,74
2008	2.178	12,64	2,67	81.555	-4,34
2007	1.934	74,10	2,27	85.256	13,54
2006	1.111	-	1,48	75.088	-

Transações de IDE

	Região Centro			Portugal			% total nacional		
	Saldo	Investimento	Desinvestimento	Saldo	Investimento	Desinvestimento	Saldo	Investimento	Desinvestimento
	milhões €			milhões €					
2022	96	2.766	2.670	7.354	55.276	47.922	1,3	5,0	5,6
2021	508	3.676	3.168	8.135	49.591	41.456	6,2	7,4	7,6
2020	240	2.113	1.872	6.878	53.004	46.126	3,5	4,0	4,1
2019	2.627	4.718	2.091	11.041	56.015	44.973	23,8	8,4	4,6
2018	510	2.288	1.779	6.025	38.287	32.262	8,5	6,0	5,5
2017	590	2.006	1.416	6.862	36.551	29.688	8,6	5,5	4,8
2016	299	1.913	1.615	4.577	36.099	31.522	6,5	5,3	5,1
2015	101	1.827	1.727	6.877	48.604	41.727	1,5	3,8	4,1
2014	-227	1.940	2.167	3.686	51.342	47.655	-6,2	3,8	4,5
2013	194	1.875	1.681	6.360	41.906	35.546	3,0	4,5	4,7
2012	46	1.470	1.423	6.404	47.814	41.410	0,7	3,1	3,4
2011	132	1.247	1.114	5.343	39.004	33.660	2,5	3,2	3,3
2010	74	1.010	936	2.199	44.240	42.042	3,4	2,3	2,2
2009	-403	628	1.031	1.160	29.947	28.787	-34,8	2,1	3,6
2008	165	950	785	2.423	29.340	26.916	6,8	3,2	2,9
2007	-98	924	1.022	2.048	26.005	23.957	-4,8	3,6	4,3
2006	145	1.459	1.314	8.583	32.980	24.396	1,7	4,4	5,4



Em 2022, a posição de IDE na Região Centro diminuiu, cifrando-se em 6,5 mil milhões de euros. Este valor corresponde a 3,83% do IDE recebido pela economia nacional, abaixo dos valores registados desde 2019. Na Região Centro, desde 2012 que se vinha a verificar um crescimento sustentado da posição de IDE, interrompido apenas em 2020 (ano em que se verificou uma ligeira quebra), sendo de assinalar o expressivo aumento registado em 2019 (56,1%).

As transações de IDE na região em cada ano (que têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro) apresentaram um comportamento oscilatório desde 2012. O valor máximo líquido de IDE captado pela região ocorreu em 2019 (2,6 mil milhões de euros), tendo os desempenhos recentes sido positivos, mas com valores significativamente inferiores. Em 2022, o fluxo líquido de IDE na Região Centro foi de 96 milhões de euros, representando apenas 1,3% do saldo nacional, traduzindo uma dinâmica regional de captação líquida de investimento estrangeiro bastante menos interessante do que a verificada nos anos anteriores.

Fonte: Banco de Portugal (dados anuais não publicados recebidos pela CCDRC; informação disponível a 16 de maio de 2023).

Notas:

- 1) A afetação geográfica é efetuada com base na morada fiscal da sede da empresa, pelo que, dependendo da forma como o grupo está organizado, a afetação do IDE pode não identificar a região na qual o investimento é efetivamente realizado.
- 2) A variação das posições em fim de período resulta das transações do período e de outros ajustamentos (cambiais, de preço e outros).
- 3) Os dados de 2018 a 2021 foram revistos no âmbito da política de revisões do Banco de Portugal.

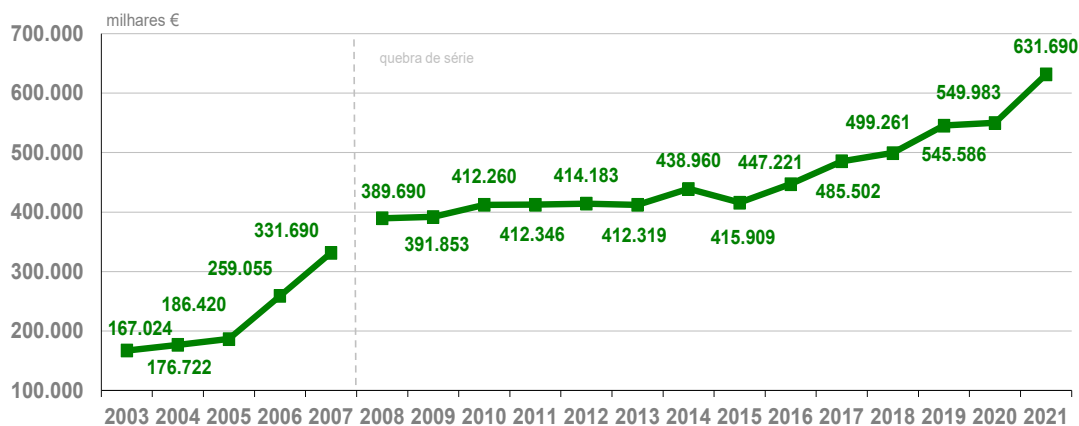
Posições em fim de período: As posições de IDE em fim de período referem-se ao investimento acumulado no final de cada ano.

Transações: As transações referem-se ao investimento líquido, ou seja, têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro ao longo do ano.

IDE – Investimento Direto Estrangeiro



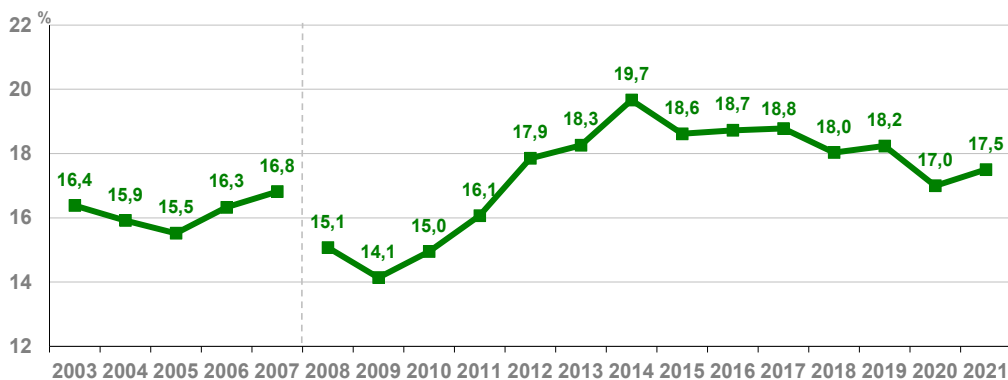
Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro entre 2003 e 2021



Peso do investimento em I&D no PIB na Região Centro entre 2003 e 2021

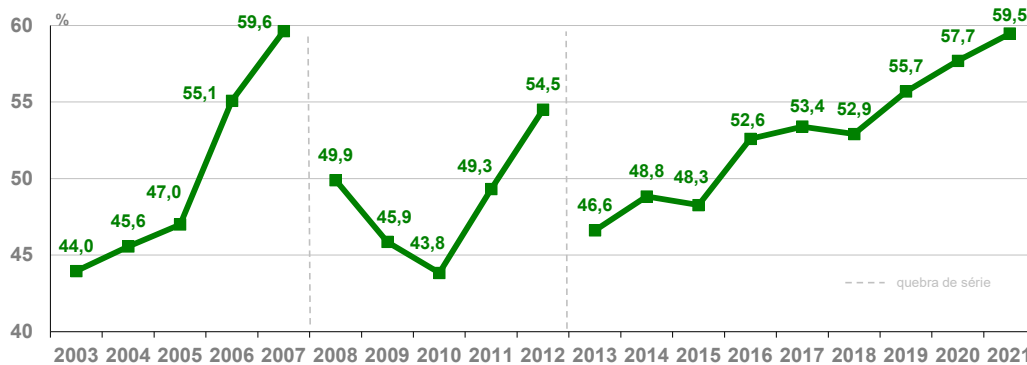


Peso do investimento em I&D da Região Centro no total nacional entre 2003 e 2021

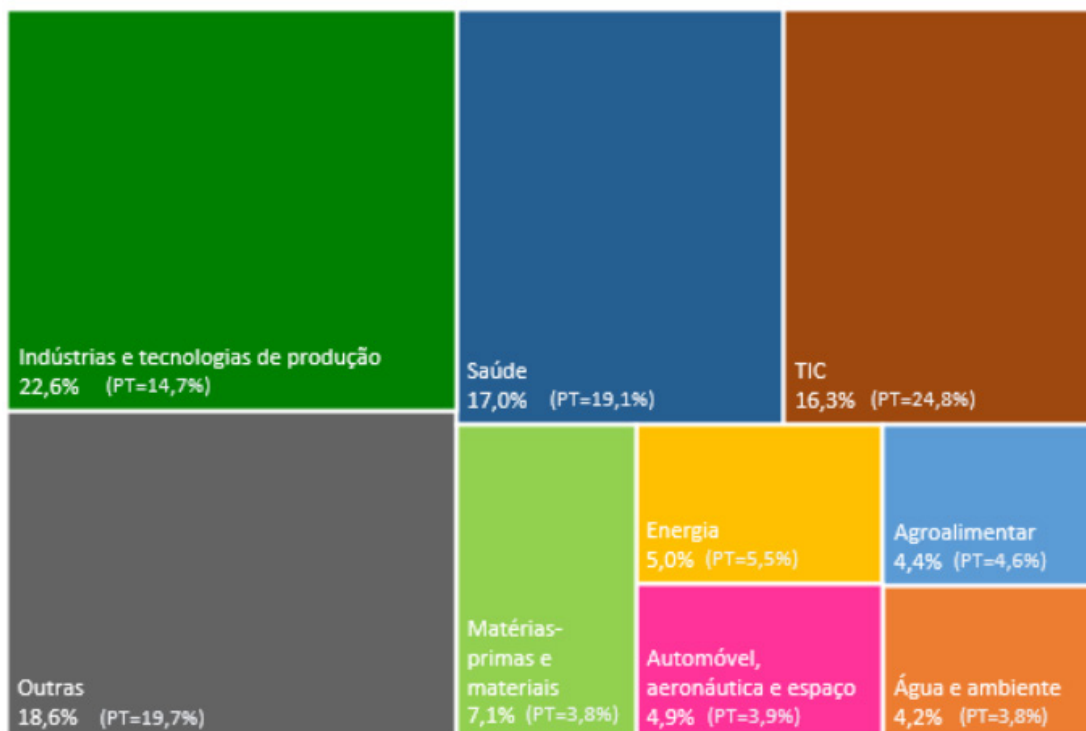




Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região Centro entre 2003 e 2021



Investimento em I&D por áreas temáticas da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente, 2021





Posicionamento da Região Centro

	Investimento em I&D, 2021 (milhares €)	Peso do investimento em I&D no PIB, 2021 (%)	Peso do investimento em I&D no total nacional, 2021 (%)	Proporção do investimento em I&D do setor privado, 2021 (%)
Portugal	3.609.191	1,68	100,0	62,0
Norte	1.273.650	1,97	35,3	64,0
CENTRO	631.690	1,54	17,5	59,5
AM Lisboa	1.494.277	1,96	41,4	61,8
Alentejo	124.245	0,91	3,4	70,6
Algarve	44.398	0,48	1,2	44,1
Açores	18.333	0,41	0,5	22,8
Madeira	22.598	0,46	0,6	46,2

Em 2021, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro era aproximadamente de 632 milhões de euros, traduzindo um forte acréscimo face a 2020 (14,9%). Este valor regional representava 17,5% do total da despesa em I&D do país, tendo o Centro aumentado a sua importância na hierarquia nacional. Também a proporção de despesa regional de I&D no produto interno bruto (PIB) aumentou na região para 1,54%, o valor mais expressivo desde o início da série, mas ainda inferior à média do país (1,68%). A proporção do investimento regional em I&D executado pelo setor privado cifrou-se nos 59,5% (mais 1,8 pontos percentuais do que no ano anterior), abaixo da média nacional de 62,0%. O investimento regional em I&D concentrava-se sobretudo nas indústrias e tecnologias de produção (22,6%, muito acima da quota nacional de 14,7%), na saúde (17,0%), nas tecnologias de informação e comunicação (16,3%, bastante abaixo da concentração nacional de 24,8%) e nas matérias-primas e materiais (7,1%).

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (I&D - dados anuais de 2021, disponibilizados em março de 2023 e extraídos pela CCDRC em maio de 2023) e INE (I&D - dados anuais até 2020, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em maio de 2022; PIB – dados anuais definitivos de 2003 a 2020 e provisórios de 2021, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2022).

Notas:

- 1) A despesa em I&D é avaliada a preços correntes.
- 2) Em 2008 deu-se uma quebra na série decorrente do processo de articulação da informação do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) com o sistema de monitorização dos docentes do ensino superior (REBIDES), passando a quantificar-se no Setor Ensino Superior a atividade de I&D desenvolvida pelos docentes não reportados pelos centros de I&D.
- 3) Quando se analisa a despesa em I&D por setor de execução, há que considerar que em 2013 ocorreu uma nova quebra de série devido à reclassificação setorial de algumas Instituições Privadas sem fins Lucrativos no setor do Ensino Superior.

Peso do investimento em I&D no PIB = Despesa em I&D/PIB x 100

Proporção do investimento em I&D do setor privado = Despesa em I&D executada pelas empresas e pelas instituições privadas sem fins lucrativos/Despesa em I&D total x 100

I&D – Investigação e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

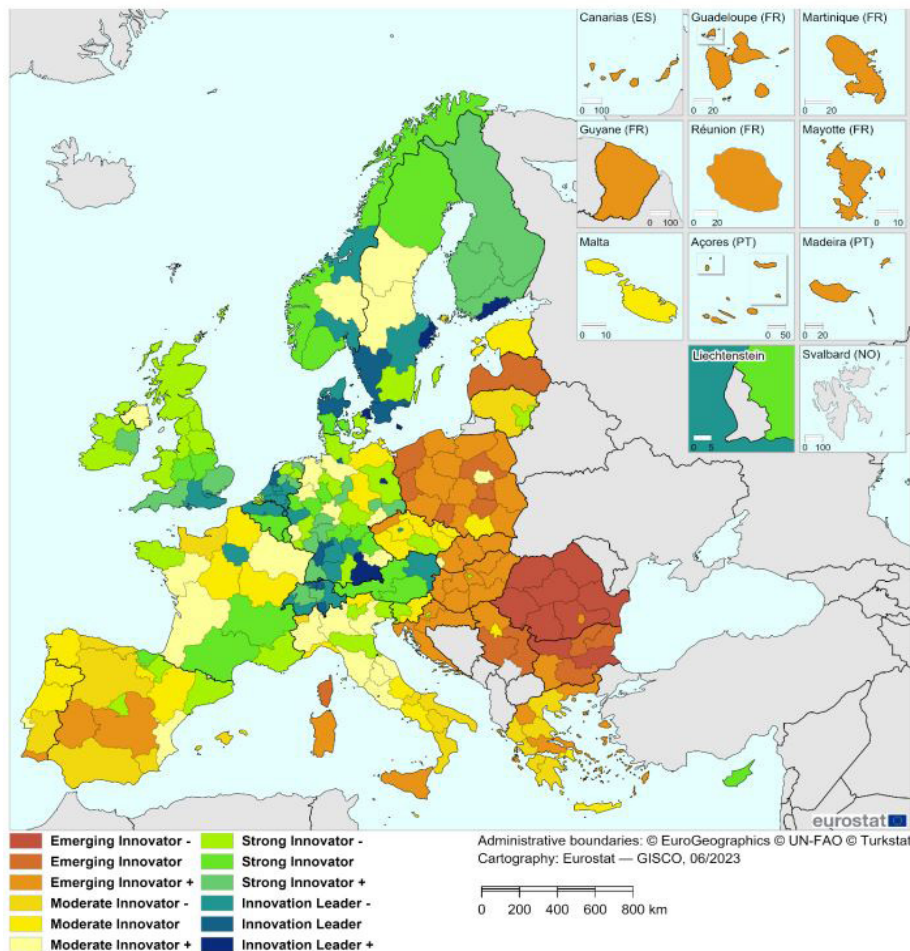
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação



Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* 2023 em Portugal

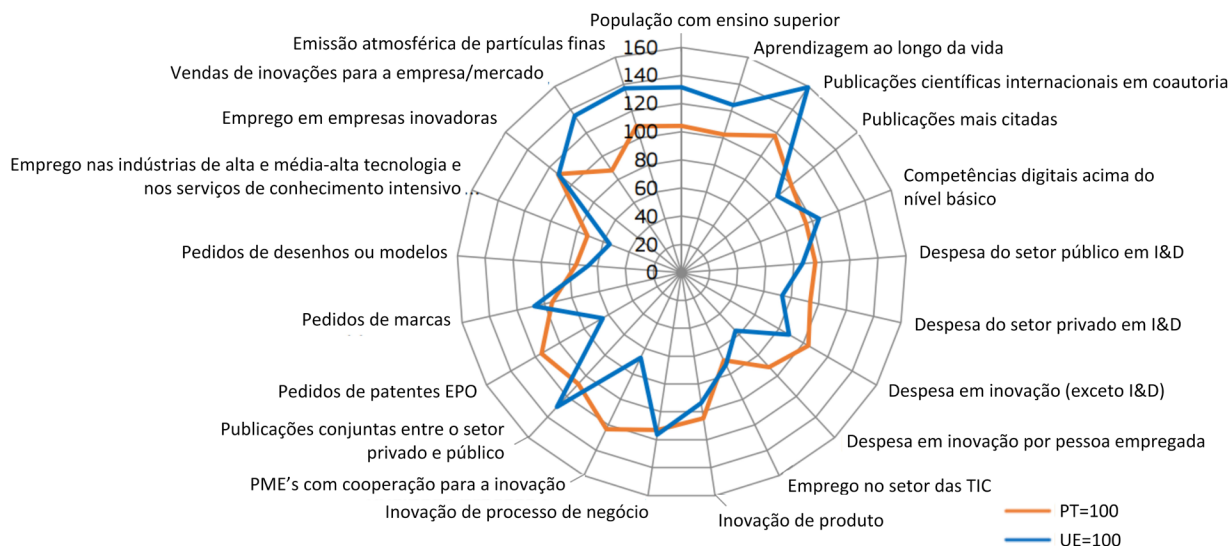
Regional Innovation Scoreboard 2023			
	Categoria	% média europeia	Posição (239 regiões)
Portugal	Inovador moderado	85,6	-
Norte	Inovador moderado	85,9	143
CENTRO	Inovador moderado	84,6	145
AM Lisboa	Inovador moderado +	99,8	107
Alentejo	Inovador moderado -	70,1	175
Algarve	Inovador emergente +	67,6	182
Açores	Inovador emergente +	55,6	214
Madeira	Inovador emergente +	61,6	194

Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* 2023 na União Europeia



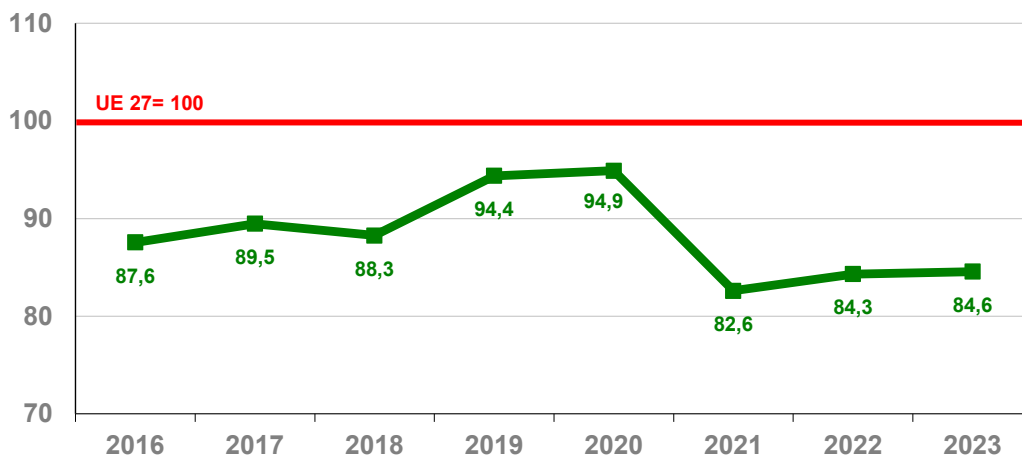


Posição relativa da Região Centro face à União Europeia e a Portugal nos indicadores do *Regional Innovation Scoreboard* 2023



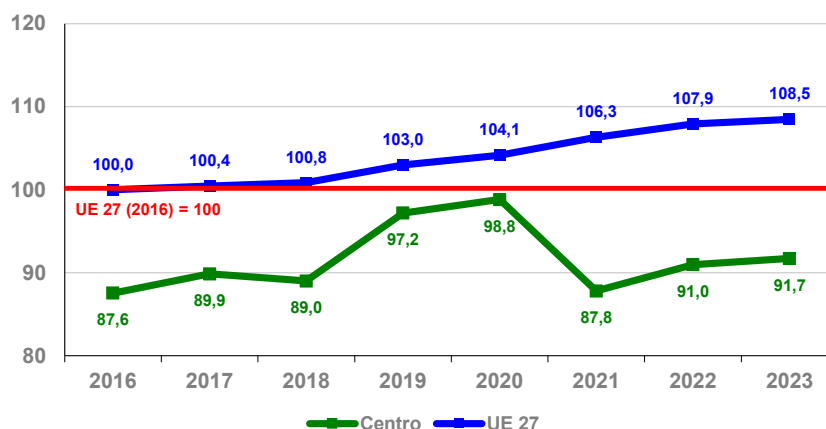
(gráfico traduzido a partir do documento anexo ao relatório principal "Perfis regionais – Portugal")

Desempenho da Região Centro face à média da União Europeia no *Regional Innovation Scoreboard* entre 2016 e 2023





Desempenho da Região Centro e da União Europeia face à média europeia em 2016 no *Regional Innovation Scoreboard* entre 2016 e 2023



Na edição de 2023 do *Regional Innovation Scoreboard*, a Região Centro foi classificada como inovadora moderada (terceiro grupo de desempenho em matéria de inovação), igualando a classificação do País. O Centro melhorou o seu desempenho (na edição anterior tinha sido classificada como inovadora moderada -, significando que pertencia ao terço inferior desta categoria, tendo, agora, progredido para o terço médio da categoria), mas continua a posicionar-se abaixo da média da União Europeia (84,6%). No total das 239 regiões europeias ocupava a 145.ª posição e, no grupo das 69 regiões inovadoras moderadas (liderado pela Área Metropolitana de Lisboa), encontrava-se na 39.ª posição. Todas as regiões portuguesas melhoraram o seu desempenho face à média europeia nesta edição do estudo, progredindo nos respetivos grupos de desempenho.

Para o posicionamento do Centro contribuiu, por um lado, o seu bom desempenho relativo em variáveis como as publicações científicas internacionais em coautoria, as emissões atmosféricas de partículas finas, a população com ensino superior, a aprendizagem ao longo da vida, as vendas de inovações para a empresa/mercado, as publicações conjuntas entre o setor público e privado ou a proporção de PME's com inovação de produto (em que a região se posicionou acima da média europeia) e, por outro lado, o seu desempenho relativo menos favorável em termos de emprego nas indústrias de alta e média-alta tecnologia e nos serviços de conhecimento intensivo ou de despesa em inovação por pessoa empregada (variáveis em que a região assumia valores abaixo de 60% da média europeia).

Tendo por referência os níveis médios europeus de inovação em 2016 (ano base considerado neste estudo para uma análise evolutiva), verificou-se que o desempenho da Região Centro melhorou desde 2016 até 2020, piorou bastante em 2021 (o que poderá ser justificado pela pior performance relativa da região nos indicadores referentes à propriedade industrial e à inovação empresarial), tendo voltado a recuperar em 2022 e 2023. Este comportamento regional também se verificou quando se avalia o nível médio europeu de inovação em cada ano.

Fonte: *Regional Innovation Scoreboard 2023* (dados extraídos da publicação e da respetiva base de dados).

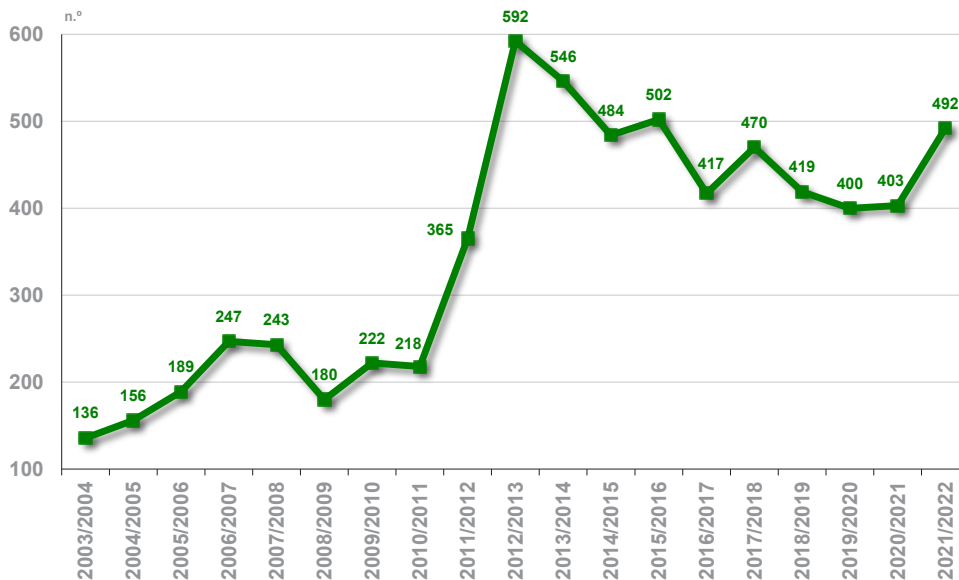
Nota: O *Regional Innovation Scoreboard* (RIS) é um indicador composto produzido pela Comissão Europeia que permite uma comparação do desempenho dos sistemas de inovação das várias regiões europeias. Estes dados abrangem 239 regiões de 22 estados-membros da União Europeia, bem como da Noruega, da Sérvia, da Suíça e do Reino Unido, classificando-as em quatro grupos: líderes da inovação regional (*"innovation leader"*; desempenho regional acima de 125% da média europeia), fortes inovadores regionais (*"strong innovator"*; desempenho regional entre 100% e 125% da média europeia), inovadores moderados (*"moderate innovator"*; desempenho regional entre 70% e 100% da média europeia) e inovadores emergentes (*"emerging innovator"*; desempenho regional abaixo de 70% da média europeia). Cada um destes grupos de desempenho é ainda dividido em três subgrupos, de modo a permitir maior diversidade regional: as regiões posicionadas no terço superior (assinaladas com um "+"), no terço médio e no terço inferior (assinaladas com um "-"). As regiões mais inovadoras serão líderes + e as menos inovadoras serão emergentes -.

I&D – Investigação e desenvolvimento

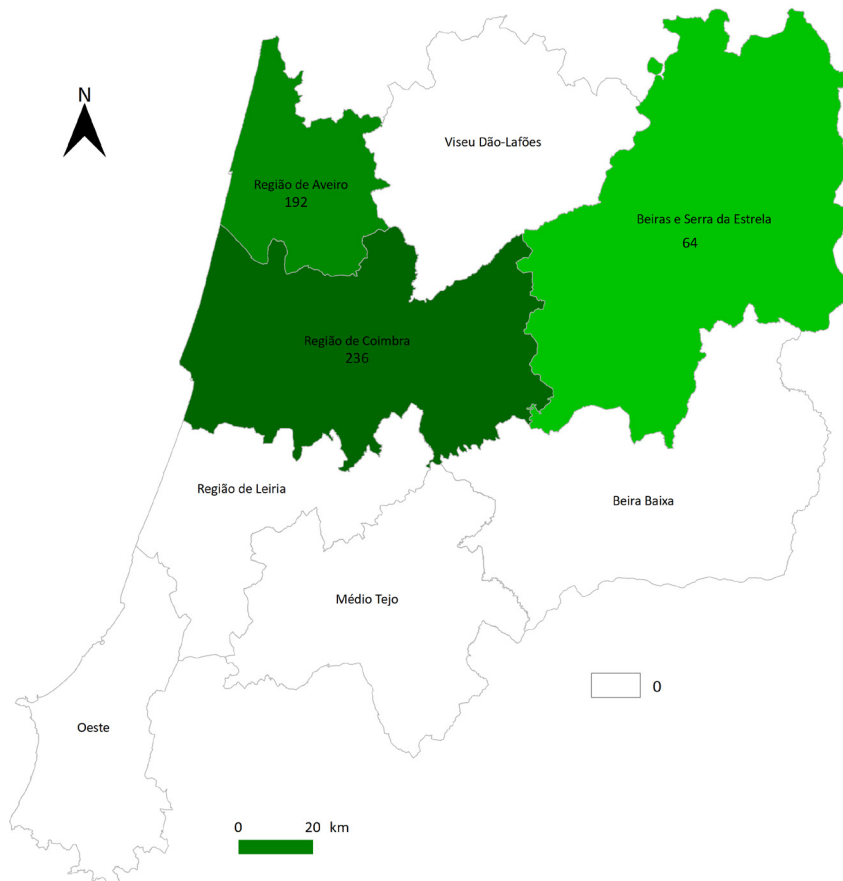
PME – Pequena e média empresa

UE 27 – União Europeia - 27 países (desde 2020)

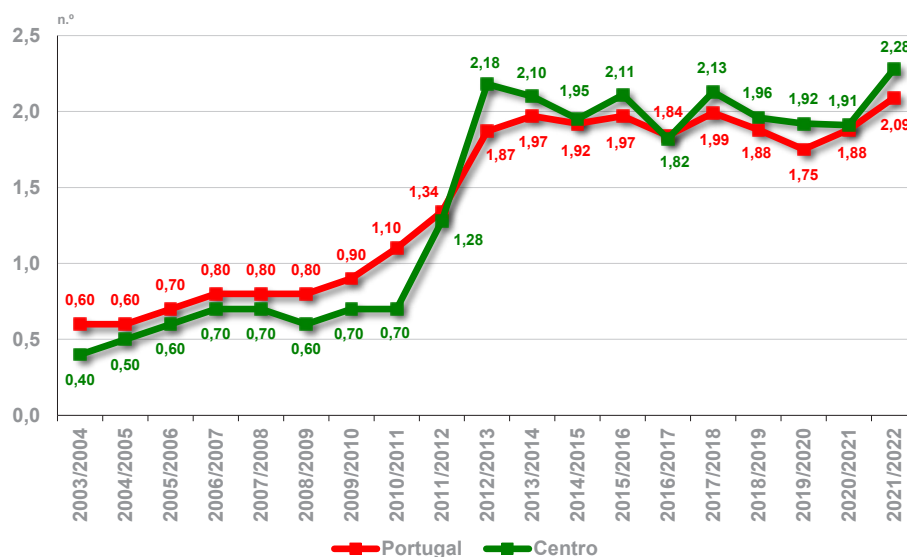
Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro entre 2003/2004 e 2021/2022



Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro, 2021/2022



Doutorados por 1.000 habitantes (25-34 anos) por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro e de Portugal entre 2003/2004 e 2021/2022



Posicionamento da Região Centro

Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior, 2021/2022

	n.º	% do total nacional	n.º por 1.000 habitantes
Portugal	2.317	100,0	2,09
Norte	758	32,7	1,95
CENTRO	492	21,2	2,28
AM Lisboa	983	42,4	2,95
Alentejo	43	1,9	0,64
Algarve	22	0,9	0,46
Açores	15	0,6	0,51
Madeira	4	0,2	0,16

No ano letivo 2021/2022, foram concluídos 492 doutoramentos nas instituições de ensino superior da Região Centro, representando 21,2% do total do país. Este número aumentou cerca de 22% face ao ano anterior, sendo o ano letivo com o maior número de doutoramentos concluídos dos últimos seis anos. Em termos sub-regionais, foram concluídos doutoramentos na Região de Coimbra, na Região de Aveiro e nas Beiras e Serra da Estrela, o que resulta da localização das três universidades da região: Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro e Universidade da Beira Interior, respetivamente. Nas três regiões ocorreu um acréscimo do número de doutorados face ao ano anterior, no entanto, foi a Região de Aveiro que registou o aumento mais significativo (45,5%). Em 2021/2022, o valor de doutorados por 1.000 habitantes com idade entre 25 e 34 anos da região aumentou para 2,28, situando-se acima da média nacional de 2,09 doutorados por 1.000 habitantes. A seguir à Área Metropolitana de Lisboa, o Centro era a região portuguesa com mais doutorados por cada 1.000 habitantes.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em agosto de 2023).

Notas:

- 1) Os dados não incluem os reconhecimentos de doutoramentos realizados no estrangeiro.
- 2) A localização geográfica corresponde à localização do estabelecimento de ensino.

Doutorados por 1.000 habitantes = (Doutorados do ensino superior/População residente entre os 25 e 34 anos) x 1.000

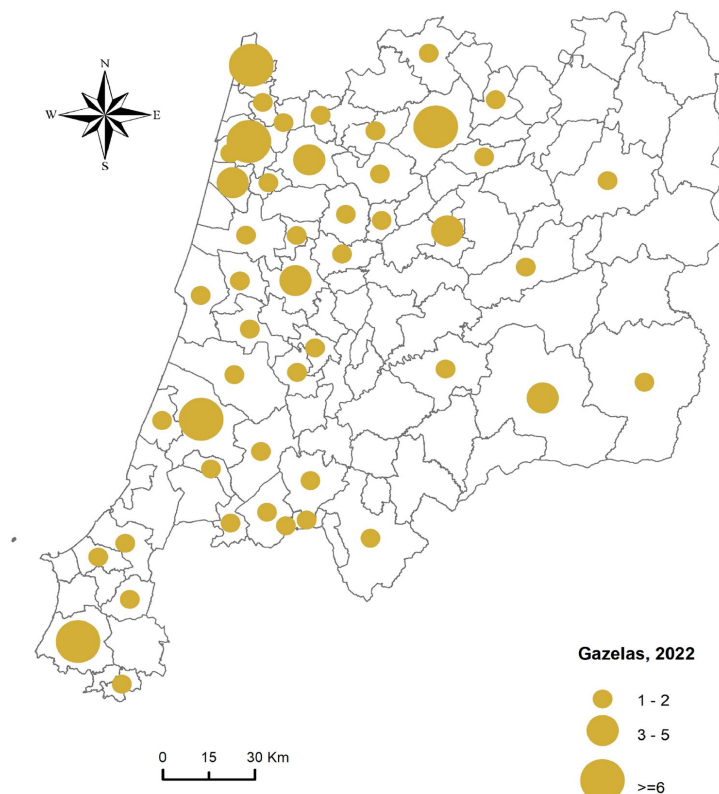




Distribuição das 104 empresas gazela de 2022 na Região Centro por atividade económica

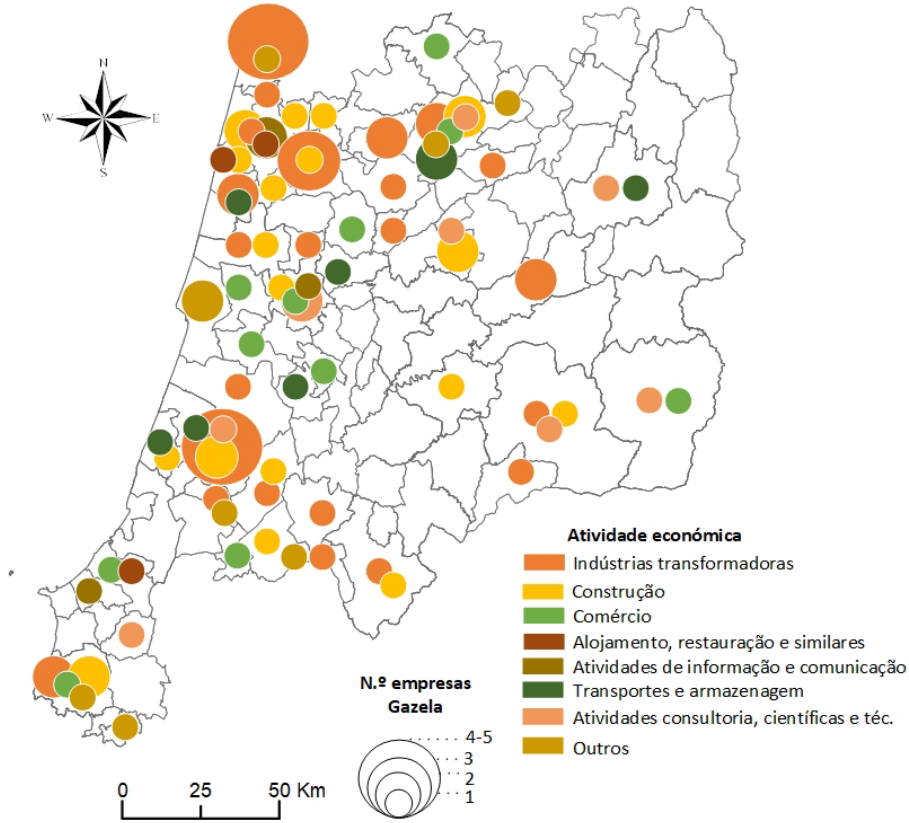
Atividades Económicas	Total (N.º)	Peso no total (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1	1,0
Alojamento, restauração e similares	3	2,9
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4	3,8
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1	1,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7	6,7
Atividades de informação e de comunicação	4	3,8
Atividades de saúde humana e apoio social	3	2,9
Atividades imobiliárias	1	1,0
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	13	12,5
Construção	21	20,2
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1,0
Indústrias extrativas	0	0,0
Indústrias transformadoras	37	35,6
Transportes e armazenagem	8	7,7
Outras atividades	-	-
TOTAL	104	100,00

Distribuição geográfica das 104 empresas gazela de 2022 na Região Centro





Distribuição geográfica das 104 empresas gazela de 2022 na Região Centro por atividade económica

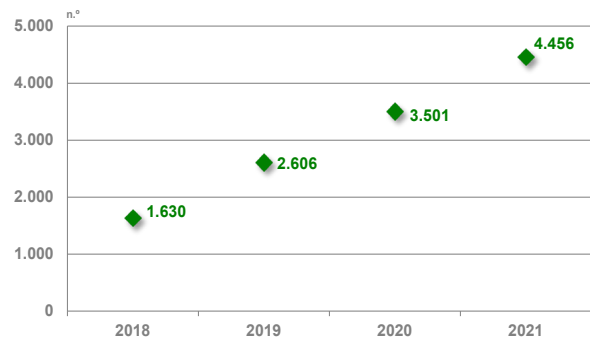


Evolução do volume de negócios e do emprego das 104 empresas gazela de 2022 na Região Centro

Volume de negócios

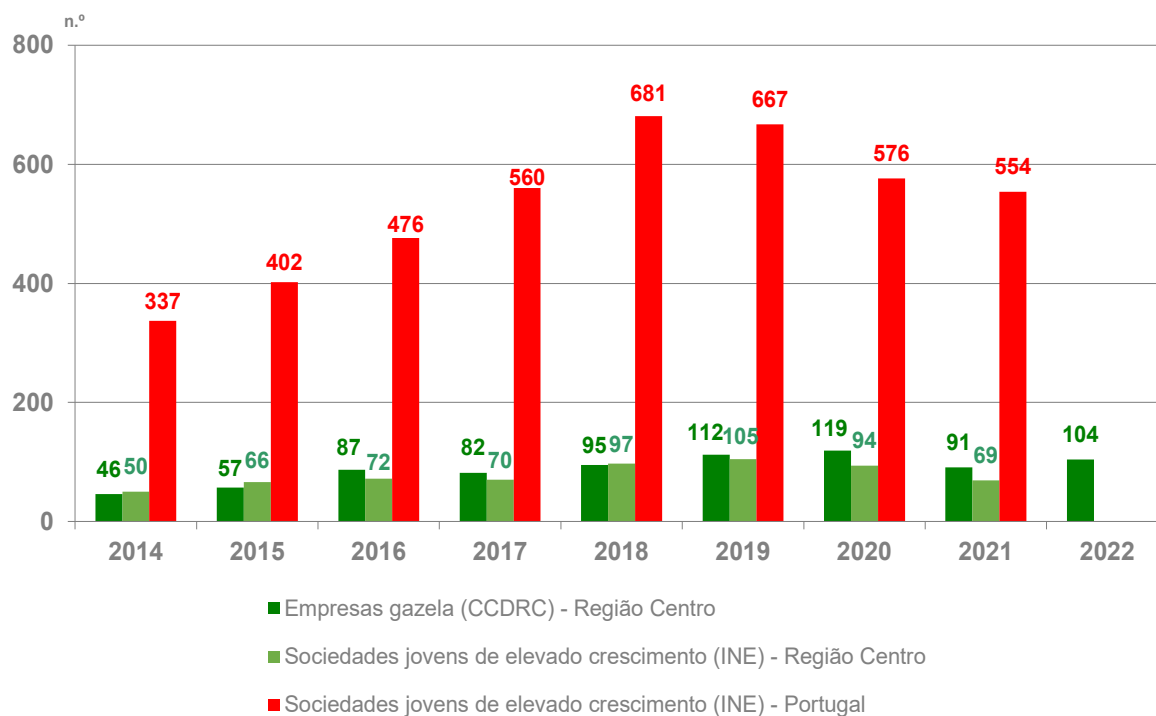


Emprego





Empresas gazela e sociedades jovens de elevado crescimento entre 2014 e 2022



Posicionamento da Região Centro

Sociedades jovens de elevado crescimento (gazelas), 2021			
	n.º	% do total nacional	% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas
Portugal	554	100,0	1,11
Norte	227	41,0	1,18
CENTRO	69	12,5	0,69
AM Lisboa	178	32,1	1,32
Alentejo	31	5,6	1,12
Algarve	25	4,5	1,05
Açores	14	2,5	1,46
Madeira	10	1,8	0,89



Segundo o estudo anual realizado pela CCDRC, na Região Centro, em 2022, existiam 104 empresas gazela, mais 13 empresas do que no ano anterior, o que revela um crescimento de 14%. Este acréscimo traduz um contexto de recuperação da atividade económica face à contração observada no ano anterior, justificado pelas restrições para contenção da pandemia por COVID-19. As 104 empresas gazela encontravam-se repartidas por 49 dos 100 municípios da região, sendo este o maior número de municípios com empresas gazela de toda a série, o que mostra uma disseminação cada vez pelo território. Leiria e Viseu eram os municípios com mais empresas gazela (9), seguidos pelos municípios de Aveiro e Torres Vedras (ambos com 6), Ovar (5), Águeda e Coimbra (ambos com 4), Castelo Branco, Oliveira do Hospital e VAGOs (com 3). Relativamente às sub-regiões, destacava-se a Região de Aveiro (24), Região de Coimbra (18), Viseu Dão Lafões (16), Região de Leiria (15) e o Oeste (11). Deste modo, a maioria das empresas gazela (65%) continuavam concentradas nas quatro sub-regiões do litoral da Região Centro, tendo-se, no entanto, vindo a observar uma diminuição gradual desta percentagem nos últimos anos (face a 2019, a diferença é de 19 pontos percentuais). Nas atividades económicas destas empresas, continuava a destacar-se a indústria transformadora (36%) que em conjunto com a construção (20%) e o comércio (13%) concentravam cerca de dois terços das empresas gazela da região. O volume de negócios destas empresas cresceu de 181 para 1.096 milhões de euros entre 2018 e 2021. Estas empresas apresentam igualmente um elevado potencial para gerar novos postos de trabalho, tendo praticamente triplicado a quantidade de pessoas ao serviço em quatro anos (passaram de 1.630 para 4.456 trabalhadores), e apresentando, em 2021, uma média de quase 43 pessoas ao serviço por empresa.

De acordo com a informação do INE, as sociedades jovens de elevado crescimento da Região Centro ascendiam a 69, em 2021, observando-se um decréscimo de 25 empresas face ao ano precedente, o que resultou em grande medida dos efeitos negativos da pandemia por COVID-19 na economia. Consequentemente, a sua importância no computo nacional diminuiu, tendo passado a corresponder a 12,0% do total do país. Na região, estas sociedades representavam 0,69% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas, valor inferior à média nacional e o mais baixo das sete regiões portuguesas.

Fonte: Empresas gazela - cálculos próprios a partir de *Iberinform, Crédito y Caución* (dados anuais, (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2022); sociedades jovens de elevado crescimento (gazela) – INE (dados anuais extraídos da publicação “Empresas em Portugal – 2021”, relativos a empresas não financeiras).

Nota: O estudo «Empresas Gazela 2022», elaborado pela CCDRC, encontra-se disponível em:

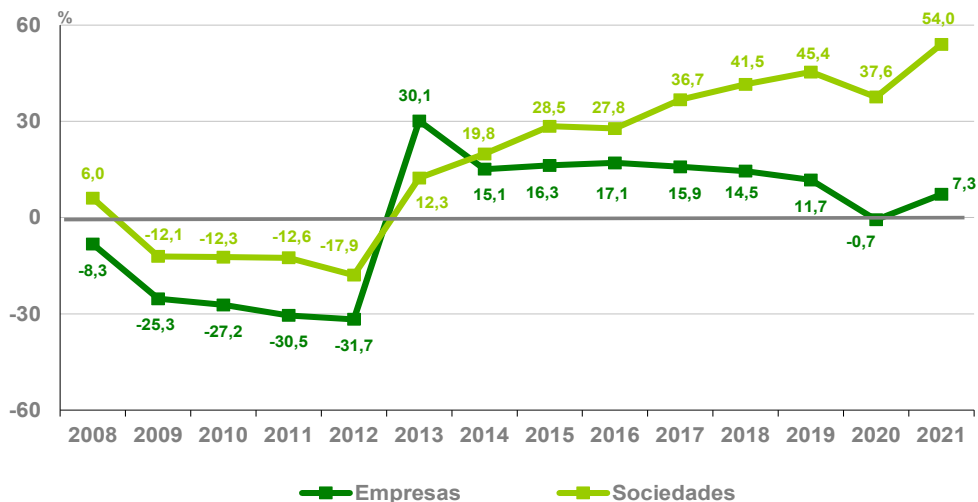
<http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo60/index.html>

Empresa gazela: O conceito de empresa «gazela» assumido internacionalmente corresponde a empresas jovens (idade igual ou inferior a cinco anos no início do período de observação) e com elevados ritmos de crescimento, sustentados ao longo do tempo. Foram assim identificadas pela CCDRC, com base em informação económica disponível para 2021, as empresas que cumulativamente: tinham sede na Região Centro; apresentavam crescimentos do volume de negócios superiores a 20% ao ano em 2019, 2020 e 2021; empregavam pelo menos 10 trabalhadores em 2021; possuíam faturação igual ou superior a 500 mil euros em 2021 e foram constituídas a partir de 2013.

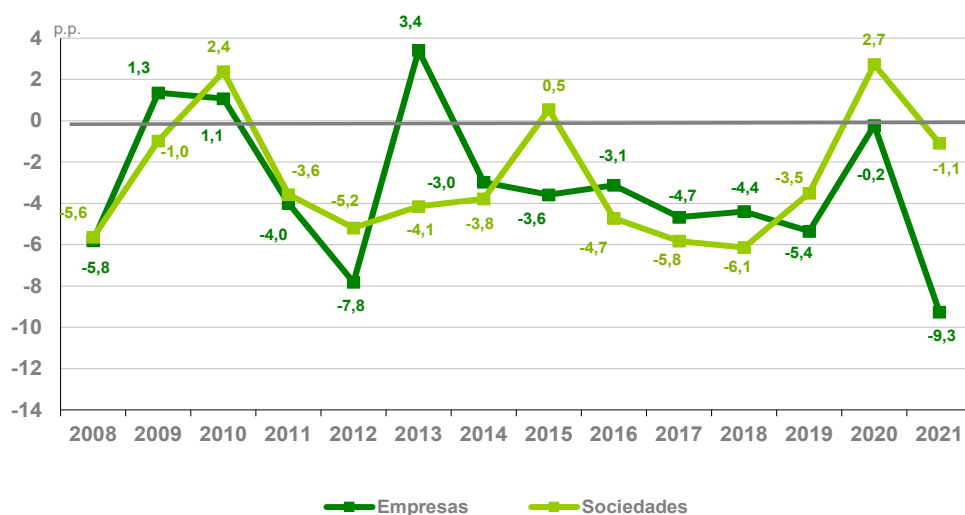
Sociedade jovem de elevado crescimento (gazela): Sociedade até 5 anos de idade com um crescimento médio anual superior a 10% ao longo de um período de 3 anos (o crescimento médio anual é medido em termos do número de pessoas ao serviço remuneradas).



Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro entre 2008 e 2021

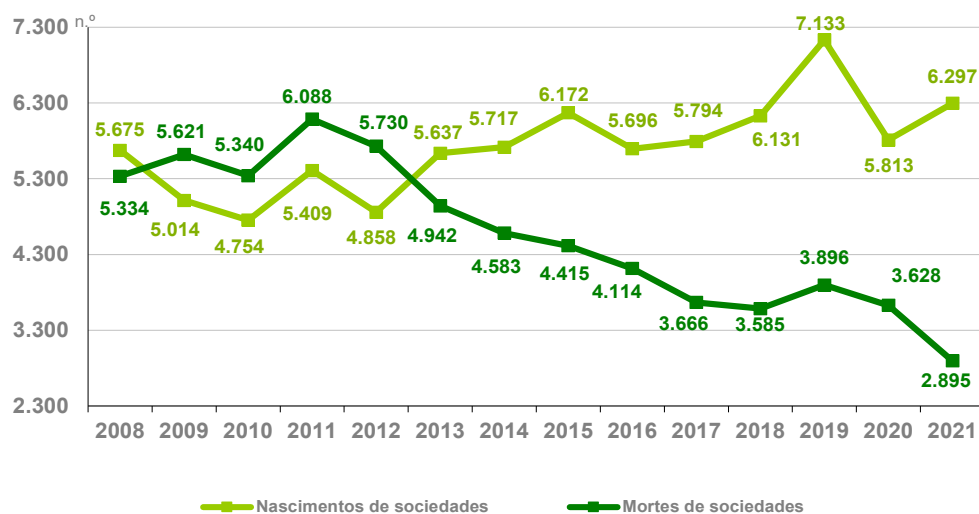


Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro face ao valor do país (Região Centro – Portugal) entre 2008 e 2021





Nascimentos e mortes de sociedades na Região Centro entre 2008 e 2021



Posicionamento da Região Centro

	Taxa líquida de criação de empresas, 2021		Nascimentos de empresas, 2021		Mortes de empresas, 2021	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	16,5	-	184.168	100,0	153.742	100,0
Norte	12,7	-3,8	57.543	31,2	50.221	32,7
CENTRO	7,3	-9,3	33.072	18,0	30.670	19,9
AM Lisboa	26,9	10,4	64.382	35,0	47.040	30,6
Alentejo	9,7	-6,9	10.617	5,8	9.592	6,2
Algarve	11,8	-4,7	10.593	5,8	9.343	6,1
Açores	4,6	-11,9	3.594	2,0	3.429	2,2
Madeira	21,1	4,5	4.367	2,4	3.447	2,2

	Taxa líquida de criação de sociedades, 2021		Nascimentos de sociedades, 2021		Mortes de sociedades, 2021	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	55,1	-	38.878	100,0	17.449	100,0
Norte	56,3	1,1	12.546	32,3	5.488	31,5
CENTRO	54,0	-1,1	6.297	16,2	2.895	16,6
AM Lisboa	54,1	-1,0	14.094	36,3	6.464	37,0
Alentejo	61,4	6,3	2.219	5,7	857	4,9
Algarve	48,6	-6,5	2.052	5,3	1.054	6,0
Açores	62,2	7,1	482	1,2	182	1,0
Madeira	57,2	2,0	1.188	3,1	509	2,9



A taxa líquida de criação de empresas na Região Centro, em 2021, voltou a ser positiva (7,3%), ainda que se tenha mantido abaixo dos valores positivos registados após 2013. Este desempenho foi pior do que a média nacional (16,5%), posicionando o Centro como o segundo território português menos dinâmico (só a Região Autónoma dos Açores teve um desempenho pior). Na região, em 2021, ocorreram 18,0% dos nascimentos e 19,9% das mortes de empresas observadas no país.

Já a taxa líquida de criação de sociedades no Centro, em 2021, aumentou para os 54,0%, que embora abaixo da média nacional (55,1%), foi o valor mais elevado desde o início da série em 2008. Ainda assim, e apesar da tendência crescente verificada, a região ocupava a penúltima posição na hierarquia nacional, antes do Algarve. A Região Centro, em 2021, concentrava 16,2% dos nascimentos e 16,6% das mortes de sociedades do país.

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (dados anuais, disponibilizados em março de 2023 e extraídos pela CCDRC em maio de 2023).

Notas:

1) Os dados de empresas e sociedades referem-se a empresas e sociedades não financeiras.

2) Os dados de mortes de empresas e de sociedades de 2020 são provisórios e os de 2021 são preliminares.

Taxa líquida de criação de empresas em % das empresas nascidas = (Nascimentos de empresas – Mortes de empresas)/Nascimentos de empresas x 100

Taxa líquida de criação de sociedades em % das sociedades nascidas = (Nascimentos de sociedades - Mortes de sociedades)/Nascimentos de sociedades x 100

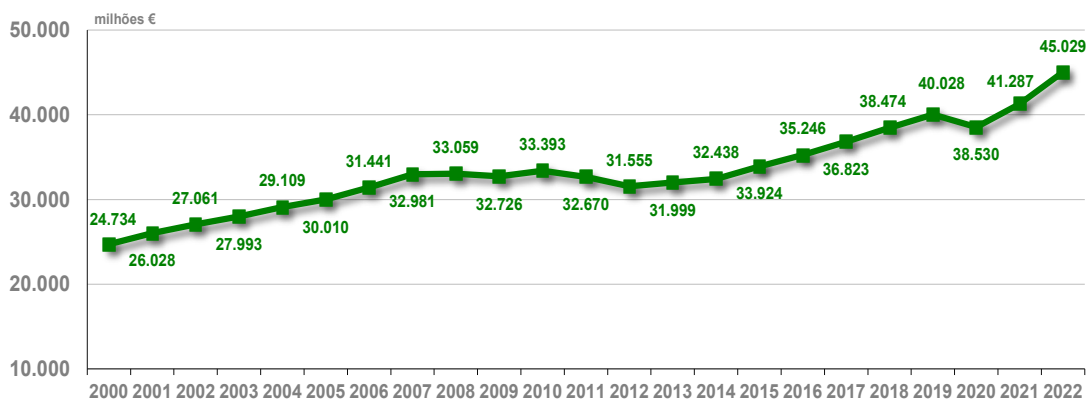
Taxa líquida de criação de empresas face ao valor do país = Taxa líquida de criação de empresas da unidade territorial - Taxa líquida de criação de empresas do país

Taxa líquida de criação de sociedades face ao valor do país = Taxa líquida de criação de sociedades da unidade territorial - Taxa líquida de criação de sociedades do país

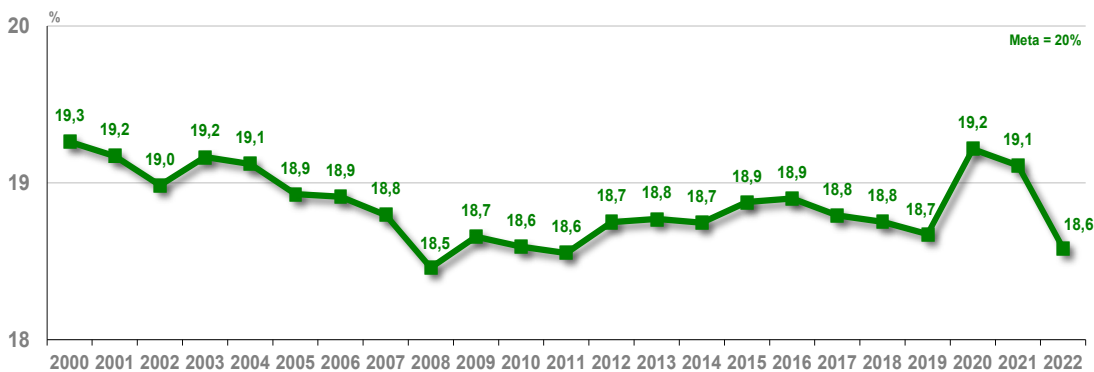
p.p. – Pontos percentuais



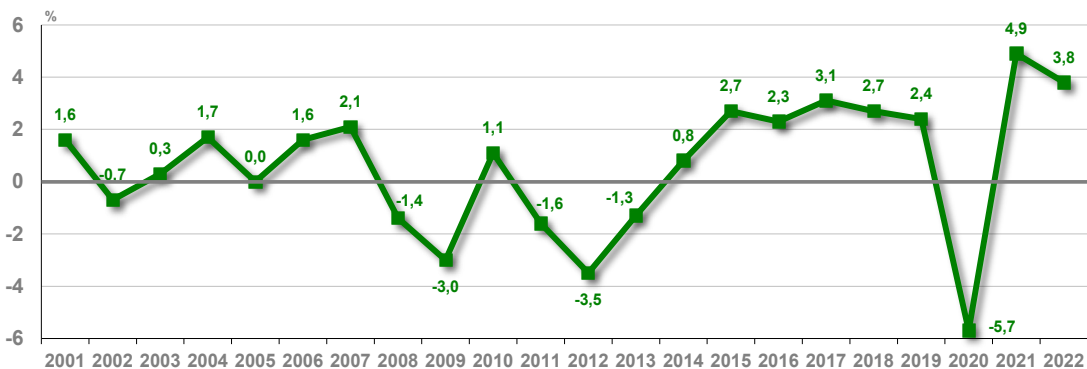
Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes na Região Centro entre 2000 e 2022



Peso do PIB da Região Centro no total nacional a preços correntes entre 2000 e 2022

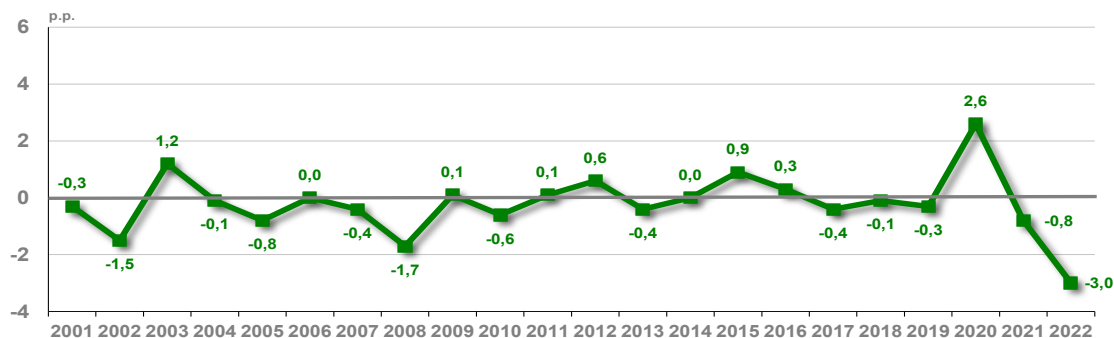


Taxa de crescimento real do PIB na Região Centro entre 2001 e 2022





Crescimento real do PIB na Região Centro face ao país (Região Centro – Portugal) entre 2001 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	PIB a preços correntes, 2022 (milhões €)	Peso do PIB no total nacional, 2022 (%)	Taxa de crescimento real do PIB, 2022 (%)	Crescimento real do PIB face ao país (Região - País), 2022 (p.p.)
Portugal	242.341	100,0	6,8	0,0
Norte	71.873	29,7	5,6	-1,2
CENTRO	45.029	18,6	3,8	-3,0
AM Lisboa	87.368	36,1	8,2	1,4
Alentejo	15.157	6,3	4,7	-2,1
Algarve	11.624	4,8	17,0	10,2
Açores	5.110	2,1	6,8	0,0
Madeira	6.021	2,5	14,2	7,4

Em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) da Região Centro ascendia a 45,0 mil milhões de euros, tendo registado uma variação nominal de 9,1% e real de 3,8% face a 2021. Este crescimento foi menos significativo do que a média nacional, uma vez que o país registou um aumento nominal de 12,2% e real de 6,8%. Em 2022, a atividade económica voltou a crescer em todas as regiões portuguesas; no entanto, o Centro apresentou o menor crescimento do PIB entre as várias regiões (quer nominal, quer real). Em 2022, o PIB regional representava 18,6% do total do país (valor inferior ao do ano anterior), permanecendo a Região Centro na terceira posição da hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte.

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2021 e provisórios de 2022, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2023).

Notas: Os dados das Contas Nacionais Portuguesas encontram-se apurados na base 2016 e têm como manual metodológico de referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).

Taxa de crescimento real do PIB (taxa de variação em volume) = $(\text{PIB do ano } n - \text{PIB do ano } n-1) / (\text{PIB do ano } n-1) \times 100$, com PIB avaliado a preços do ano n-1

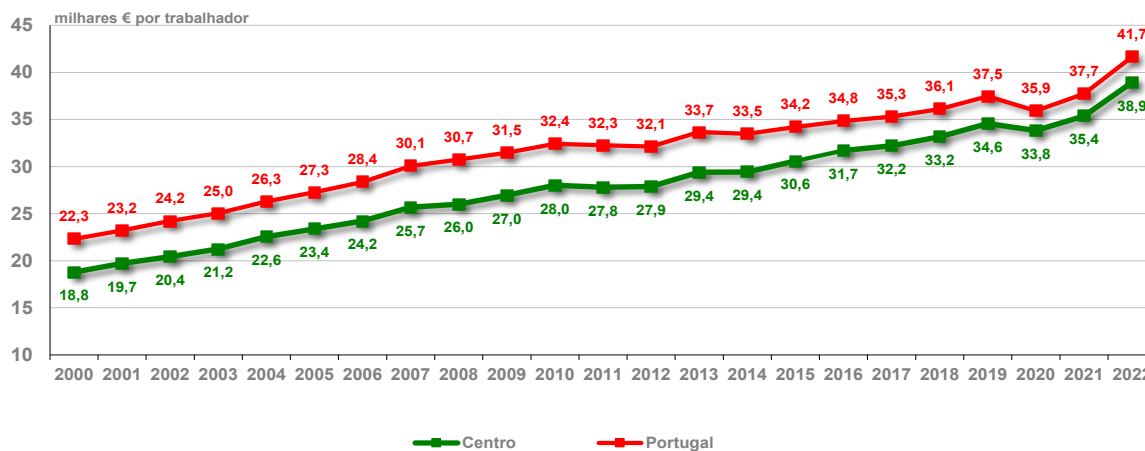
Crescimento real do PIB da Região Centro face ao país = Taxa de crescimento real do PIB da Região Centro – Taxa de crescimento real do PIB de Portugal

PIB – Produto Interno Bruto

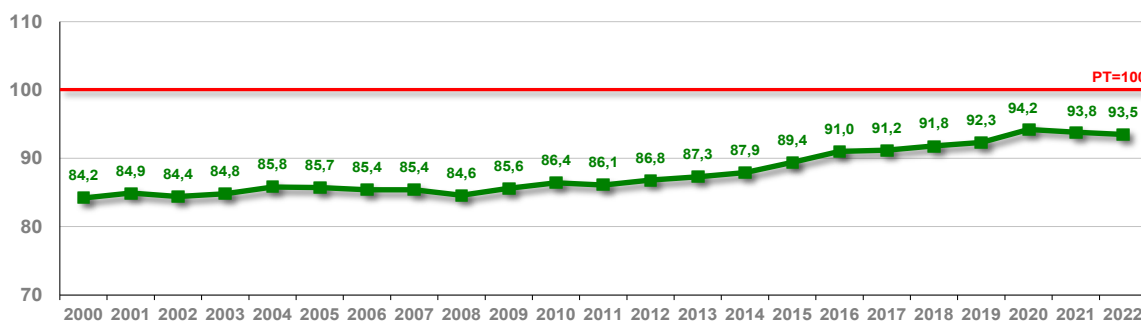
p.p. – Pontos percentuais



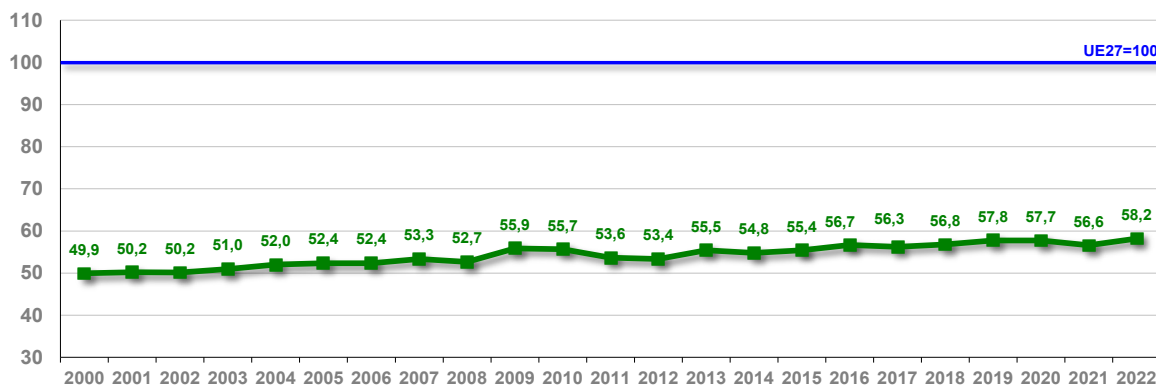
Produtividade do trabalho entre 2000 e 2022



Produtividade do trabalho na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2022



Produtividade do trabalho na Região Centro (UE 27=100) entre 2000 e 2022





Posicionamento da Região Centro

	Produtividade do trabalho, 2022		
	milhares € por trabalhador	PT=100	UE27=100
Portugal	41,7	100,0	62,3
Norte	36,7	88,2	54,9
CENTRO	38,9	93,5	58,2
AM Lisboa	50,0	120,0	74,7
Alentejo	40,6	97,6	60,8
Algarve	40,5	97,3	60,6
Açores	36,3	87,2	54,3
Madeira	39,4	94,5	58,8

Em 2022, a produtividade do trabalho na Região Centro era de 38,9 milhares de euros por trabalhador, representando 93,5% do total nacional e 58,2% da produtividade do conjunto dos 27 países da União Europeia. Face a 2021, a produtividade aumentou 10,1%, ainda assim ligeiramente abaixo do crescimento da média nacional (de 10,4%). Ao longo dos últimos anos, a produtividade do trabalho do Centro vinha convergido lentamente para a média do país, mas desde 2020 que se verifica uma inversão dessa tendência. Em 2022, a região ocupava a quinta posição na hierarquia nacional, somente à frente do Norte e dos Açores (que ocupava a última posição). Ainda assim, em 2022, a produtividade do trabalho da Região Centro convergiu com a média europeia, atingindo o melhor resultado desde 2000.

Fonte: INE e Eurostat (dados anuais definitivos de 2000 a 2021 e provisórios de 2022, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2023).

Notas:

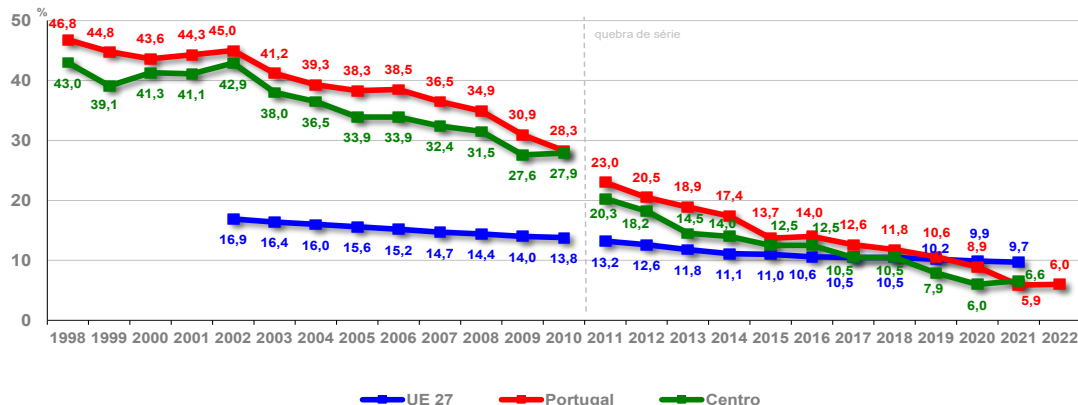
- 1) Os dados das Contas Nacionais Portuguesas encontram-se apurados na base 2016 e têm como manual metodológico de referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).
- 2) O Reino Unido deixou de ser um estado-membro a partir de 31 de janeiro de 2020, pelo que a União Europeia passou a integrar 27 estados-membros (UE 27).

Produtividade do trabalho = Valor Acrescentado Bruto/Emprego

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)



Taxa de abandono escolar precoce entre 1998 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	Taxa de abandono escolar precoce (%)	
	2022	2021
UE 27	x	9,7
Portugal	6,0	5,9
Norte	4,9	4,1
CENTRO	x	6,6
AM Lisboa	x	5,9
Alentejo	x	x
Algarve	10,0	7,2
Açores	26,5	23,2
Madeira	x	10,6

x - Dado não disponível

Em 2021, a taxa de abandono escolar precoce na Região Centro aumentou ligeiramente para os 6,6%, (no ano anterior, cifrava-se nos 6,0%). Este valor ultrapassou pela primeira vez a média nacional, que diminuiu para os 5,9%, tendo atingido um novo mínimo histórico. Com esta evolução, o Centro deixou de ser a região com a menor taxa de abandono escolar precoce, passando a ocupar a terceira posição na hierarquia nacional, depois da Região Norte e da Área Metropolitana de Lisboa. No entanto, nas últimas duas décadas, este indicador registou acentuadas quebras na região, diminuindo 36,4 pontos percentuais face a 1998. Com este progresso, o Centro superou, pelo terceiro ano consecutivo, a taxa de abandono precoce de educação e formação registada pela média dos 27 Estados-Membros da União Europeia, que diminuiu ligeiramente para os 9,7%, em 2021.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2023) e Eurostat (dados anuais, disponibilizados em setembro de 2022 e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2023).

Notas:

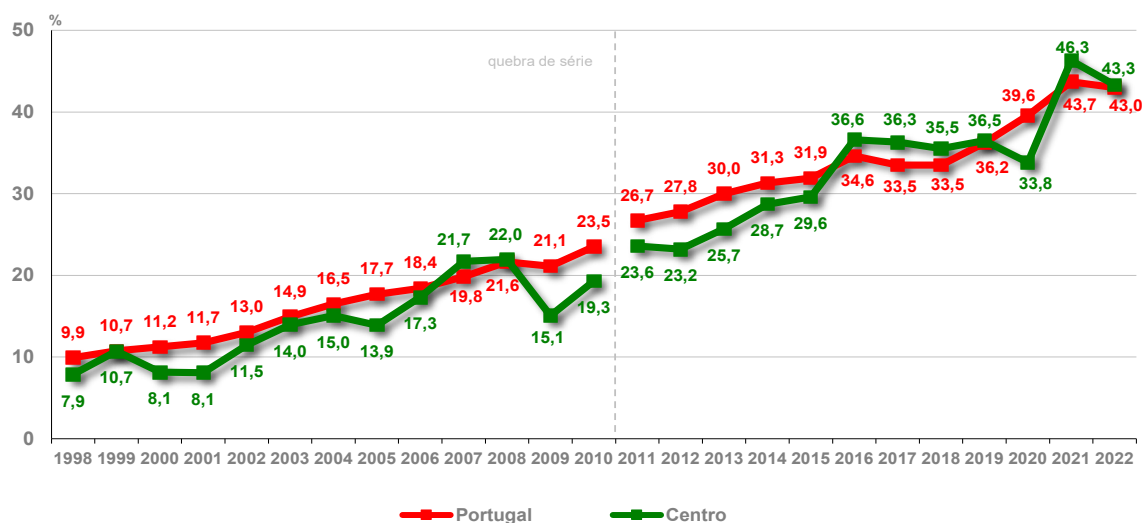
- 1) Em 2022, o INE não divulgou informação relativa ao abandono escolar precoce na Região Centro, pelo de facto de a estimativa obtida para a população dos 18 aos 24 anos com, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico e que não está em educação ou formação se encontrar abaixo do limiar considerado aceitável para divulgação, não assegurando os níveis de qualidade exigidos pelo INE.
- 2) Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).
- 3) Os dados europeus referem-se aos 27 países que atualmente constituem a União Europeia (não incluindo o Reino Unido, que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

Taxa de abandono escolar precoce = (População residente entre 18-24 anos com nível de escolaridade completo até ao 3.º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência / População residente com idade entre 18-24 anos) x 100

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)



População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior entre 1998 e 2022



Posicionamento da Região Centro

População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior, 2022 (%)

Portugal	43,0
Norte	43,8
CENTRO	43,3
AM Lisboa	46,9
Alentejo	41,9
Algarve	30,6
Açores	21,8
Madeira	36,9

Em 2022, 43,3% da população com idade entre os 30 e os 34 anos da Região Centro tinha o ensino superior completo. A região manteve-se acima da média nacional (de 43,0%), apesar da diminuição de três pontos percentuais face a 2021, e foi a terceira região portuguesa com melhor desempenho, depois da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte. Este indicador, apesar da diminuição observada face ao ano anterior, tem registado um progresso muito significativo nas últimas décadas, uma vez que o valor atual corresponde a mais do quádruplo do registado em 1998.

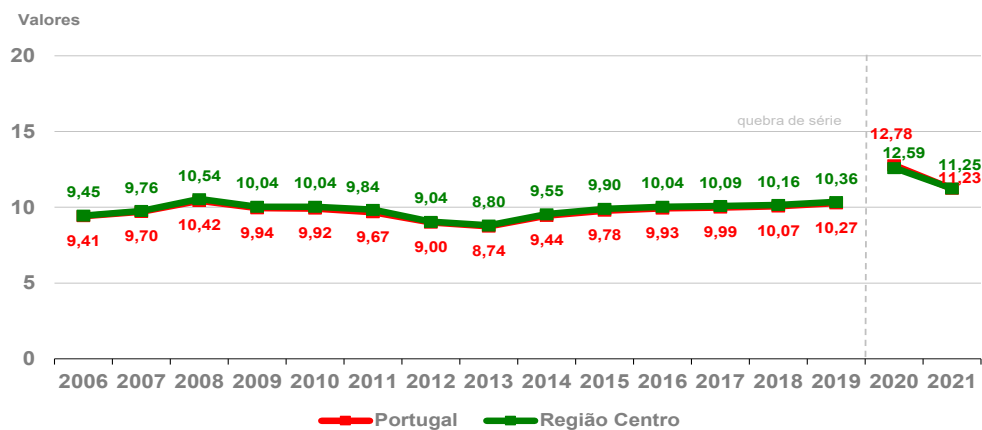
Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2023).

Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

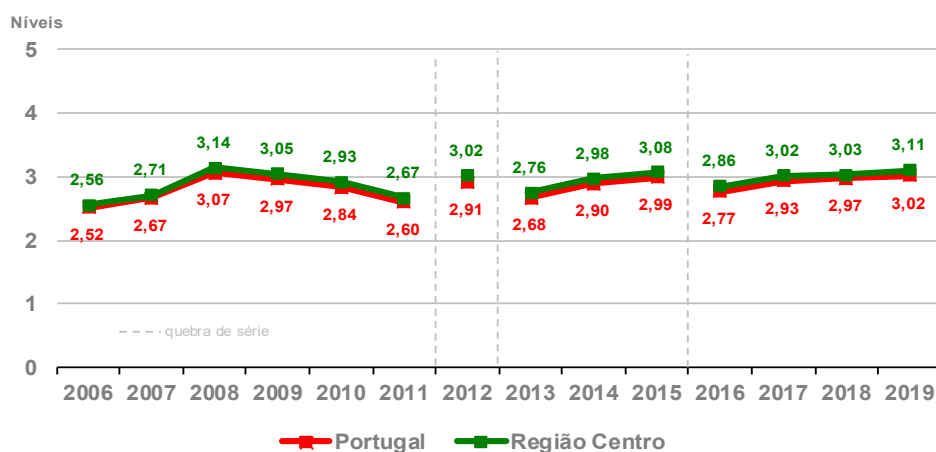
População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior = População com ensino superior completo entre os 30-34 anos/População entre os 30-34 anos x 100



Resultados de exames nacionais do ensino secundário entre 2006 e 2021



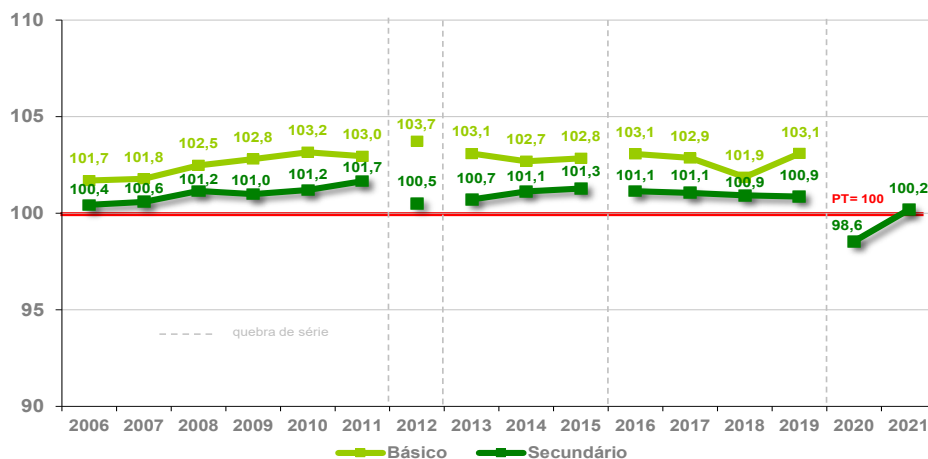
Resultados de exames nacionais do ensino básico entre 2006 e 2019*



*Em 2020 e 2021, devido à situação de pandemia causada pela doença COVID-19, que afetou o normal funcionamento dos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, respetivamente, não foram realizadas as provas finais do ensino básico, no 9.º ano de escolaridade.



Resultados de exames nacionais dos ensinos básico e secundário na Região Centro (PT=100) entre 2006 e 2021



Posicionamento da Região Centro

	Resultados de exames nacionais, 2021		Posicionamento face ao país nos resultados de exames nacionais (PT=100), 2021		
	Ensino básico - 9.º ano (níveis 1 a 5)	Ensino secundário (0 a 20 valores)	Média dos ensinos básico e secundário	Ensino básico - 9.º ano	Ensino secundário
Portugal	x	11,23	x	x	100,00
Norte	x	11,52	x	x	102,57
CENTRO	x	11,25	x	x	100,18
AM Lisboa	x	11,05	x	x	98,39
Alentejo	x	10,95	x	x	97,50
Algarve	x	11,09	x	x	98,80
Açores	x	10,60	x	x	94,38
Madeira	x	11,04	x	x	98,37

x - Dado não disponível



Em 2021, à semelhança do ano anterior, manteve-se um quadro atípico provocado pela pandemia por COVID-19 que teve influência nos sistemas de aprendizagem e nos moldes e regras habituais para a realização dos exames nacionais. Ainda assim, os alunos dos estabelecimentos de ensino secundário da Região Centro voltaram a apresentar ligeiramente melhores resultados nos exames nacionais do que a média do país, parecendo retomar o comportamento habitual deste indicador. O Centro ocupava assim, em 2021, a segunda posição na hierarquia nacional, logo após a Região Norte.

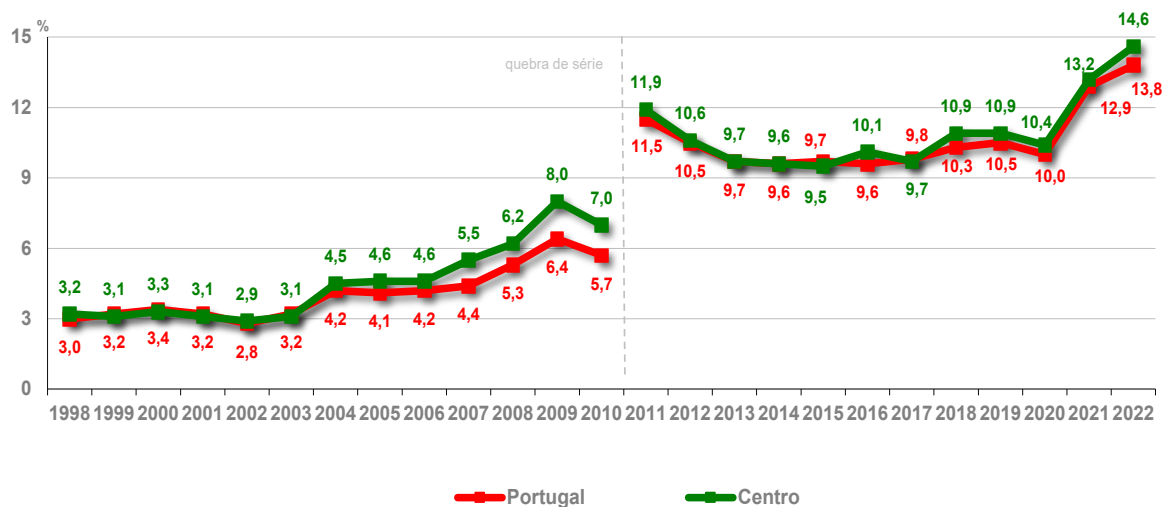
Fonte: Cálculos próprios a partir da Direção Geral de Educação (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em agosto de 2022).

Notas:

- 1) Os valores de Portugal incluem os resultados de alunos que frequentam escolas portuguesas no estrangeiro.
- 2) No ensino básico, os exames nacionais foram realizados para o 9.º ano de 2006 a 2011; para os 6.º e 9.º anos em 2012; para os 4.º, 6.º e 9.º anos de 2013 a 2015; e novamente apenas para o 9.º ano de 2016 em diante. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).
- 3) Em 2020 e 2021, devido à situação de pandemia causada pela doença COVID-19, que afetou o normal funcionamento dos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, respetivamente, não foram realizadas as provas finais do ensino básico, no 9.º ano de escolaridade.
- 4) No ensino secundário, foi suspensa a ponderação dos resultados nos exames nacionais para a classificação interna e conclusão do ensino secundário, restringindo a sua aplicação às provas de ingresso, de melhoria de nota da classificação de prova de ingresso já realizada ou da classificação final da disciplina para efeitos de acesso ao ensino superior (o que implicou uma diminuição do número de provas efetuadas). Além desta alteração, será ainda importante referir que, apesar dos exames seguirem o mesmo modelo de 2020, com a identificação, em cada prova, de um conjunto de itens com resposta obrigatoriamente contabilizada para a classificação final e de um outro conjunto de itens de resposta opcional, em 2021, aumentaram os itens de resposta obrigatória, diminuindo as perguntas opcionais em número e valorização. Deste modo em 2021 e 2020, com a realização de menos exames, em moldes diferentes, num período mais distendido no tempo e apenas em disciplinas necessárias como provas de acesso, não devem ser realizadas comparações com os resultados obtidos nos anos anteriores, considerando-se uma quebra de série.



Aprendizagem ao longo da vida entre 1998 e 2022



Posicionamento da Região Centro

Aprendizagem ao longo da vida, 2022 (%)

Portugal	13,8
Norte	12,3
CENTRO	14,6
AM Lisboa	16,2
Alentejo	13,1
Algarve	13,5
Açores	8,8
Madeira	9,0

Em 2022, 14,6% da população com idade entre os 25 e os 64 anos da Região Centro participou em atividades de educação e formação. Este valor traduz, pelo segundo ano consecutivo, um novo máximo histórico, continuando a posicionar a região acima da média nacional (13,8%). Comparativamente com as outras regiões portuguesas, o Centro ocupava o segundo lugar na hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa. Atualmente, mais do quádruplo da população regional com idade entre os 25 e os 64 anos participa em atividades de educação e formação do que há 25 anos.

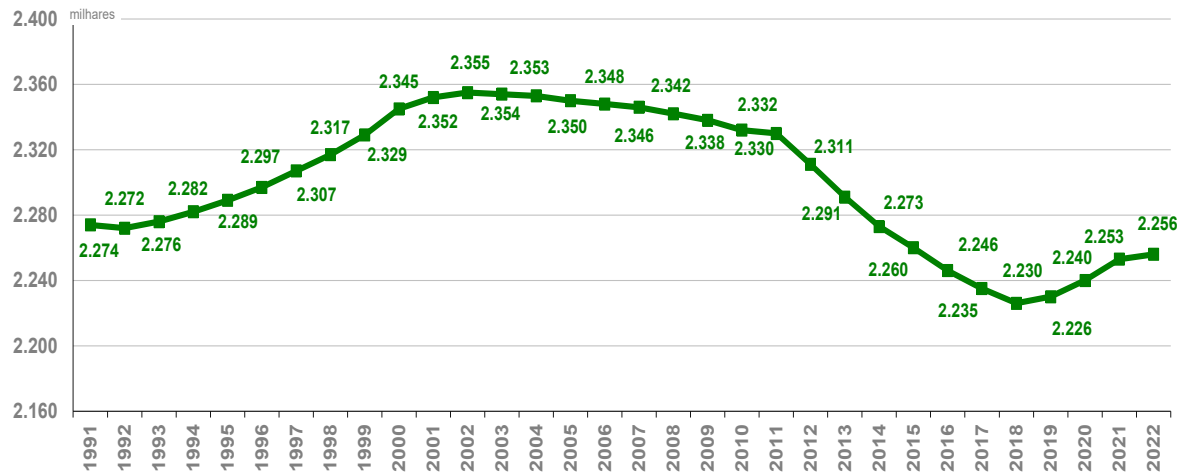
Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2023).

Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

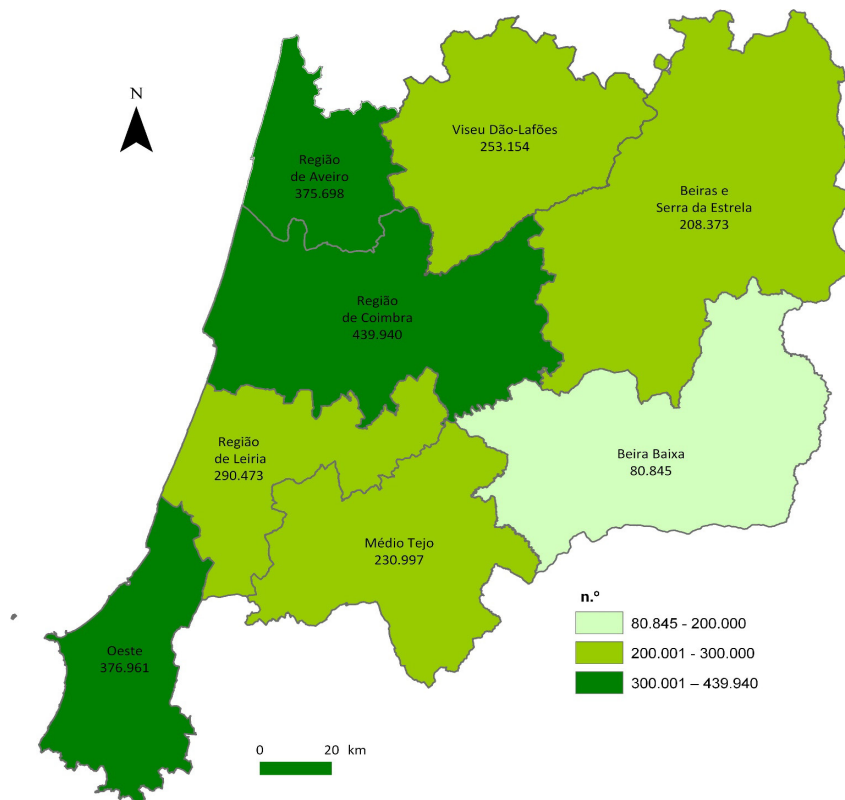
Aprendizagem ao longo da vida = População entre os 25 e os 64 anos que no período de referência participou em atividades de educação e formação/População entre os 25 e os 64 anos x 100



População residente na Região Centro entre 1991 e 2022

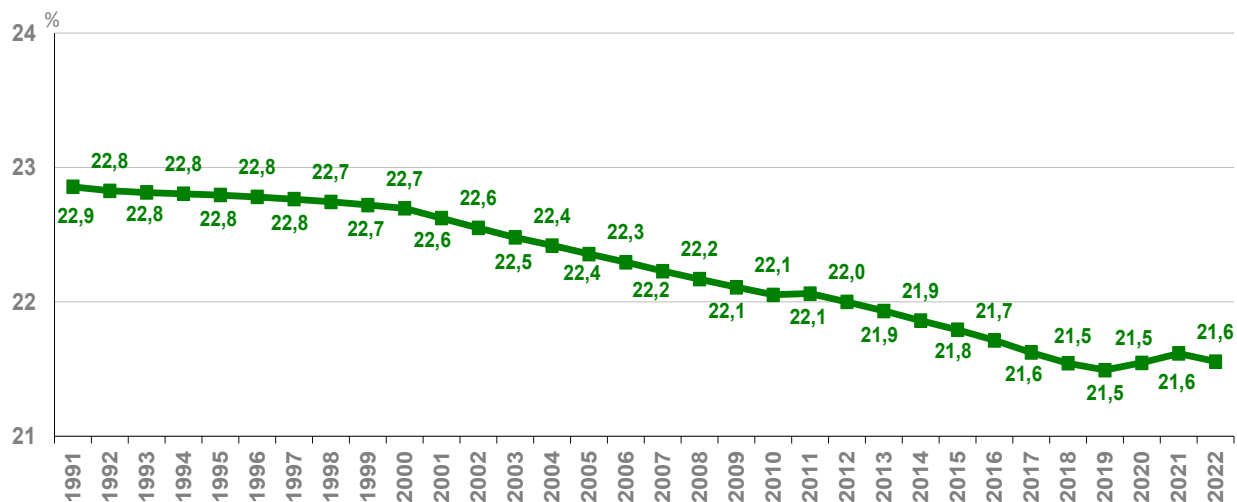


População residente na Região Centro, 2022

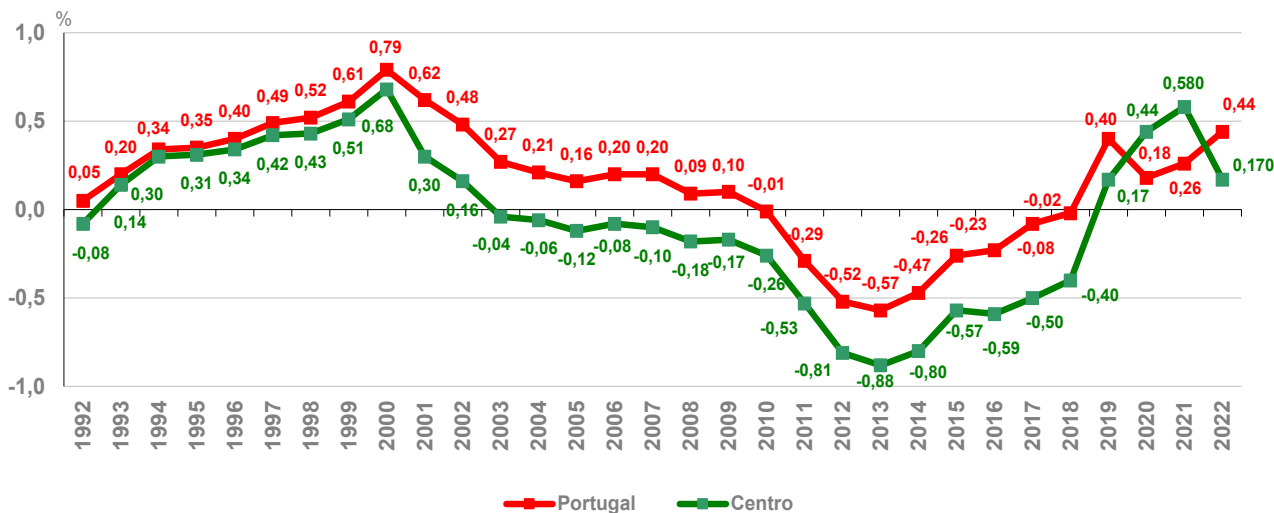




Peso da população residente na Região Centro no total nacional entre 1991 e 2022



Taxa de variação da população residente entre 1992 e 2022





Posicionamento da Região Centro

	População residente, 2022		Taxa de variação da população residente, 2021-2022
	n.º	% do total nacional	%
Portugal	10.467.366	100,0	0,44
Norte	3.631.502	34,7	0,59
CENTRO	2.256.441	21,6	0,17
AM Lisboa	2.899.670	27,7	0,55
Alentejo	714.552	6,8	0,16
Algarve	472.000	4,5	0,43
Açores	239.942	2,3	0,48
Madeira	253.259	2,4	0,22

A 31 de dezembro de 2022, estimava-se que residiam na Região Centro 2,26 milhões de indivíduos, tendo existido um crescimento populacional de 0,17% face a 2021, inferior à variação nacional de 0,44%. A população residente no Centro tem vindo a aumentar desde 2019, contrariando a tendência de decréscimo populacional verificada entre 2003 e 2018. Este acréscimo populacional em 2022 resultou de um crescimento migratório (+0,85%) que mais do que compensou o decréscimo natural (-0,68%). Todas as regiões portuguesas aumentaram a sua população residente, tendo o Centro registado o segundo menor crescimento populacional, depois do Alentejo.

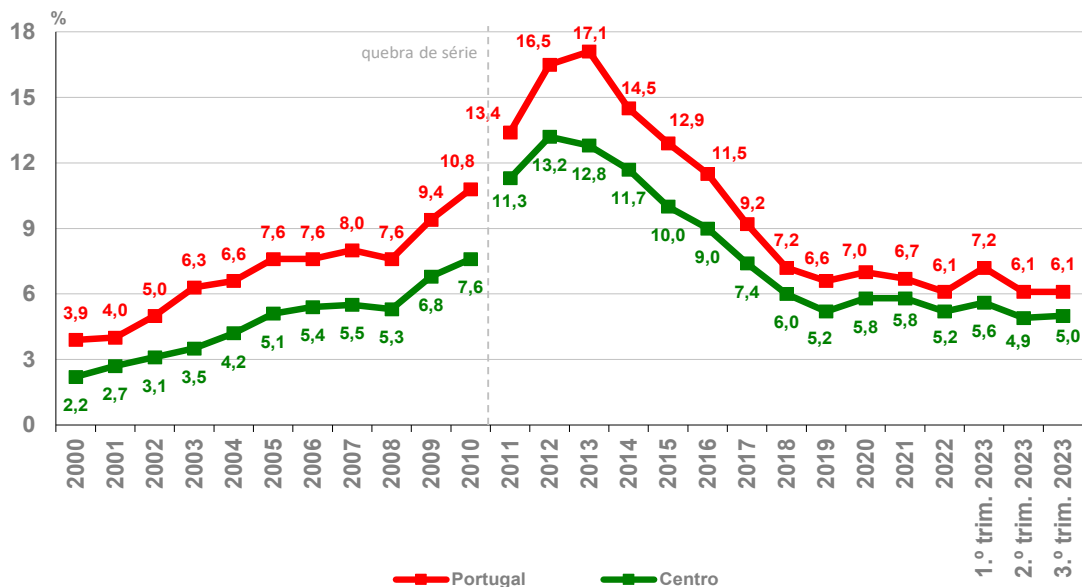
A Região Centro concentrava 21,6% da população residente em Portugal. As quatro sub-regiões do litoral – Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Oeste – reuniam 65,7% da população total do Centro, peso que subia para os 87,2% considerando o Médio Tejo e Viseu Dão-Lafões. Face ao ano anterior, o efetivo populacional do Oeste, da Região de Aveiro e da Região de Leiria aumentou, enquanto nas restantes cinco sub-regiões a população residente diminuiu. Em todas as sub-regiões do Centro, a taxa de crescimento natural foi negativa e a taxa de crescimento migratório positiva.

Fonte: INE, Estimativas da População Residente (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2023).

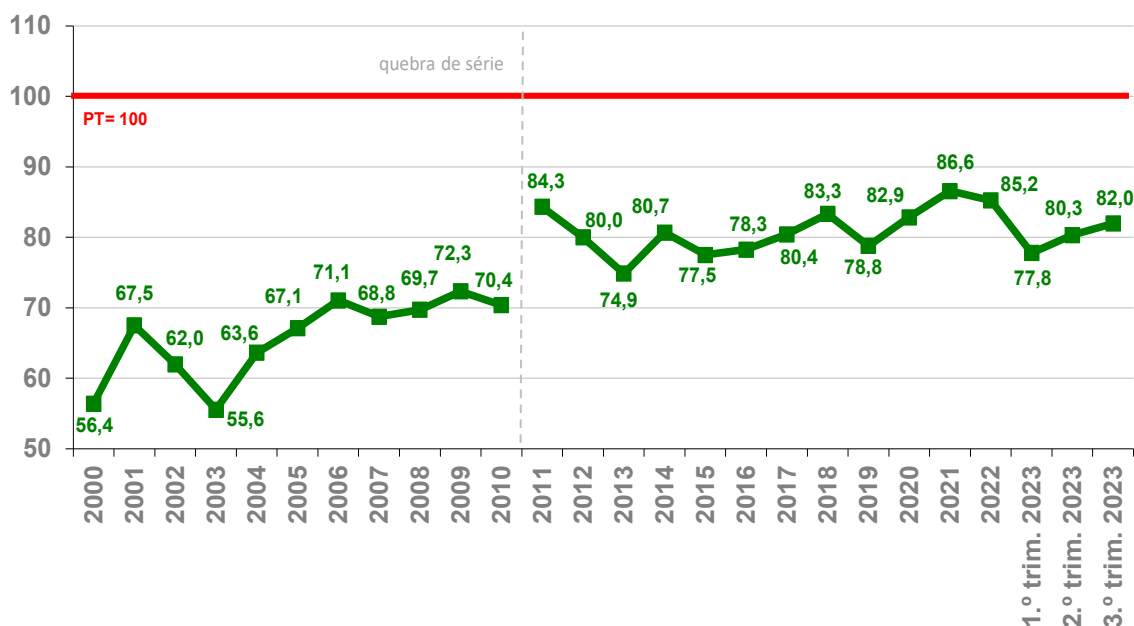
População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.



Taxa de desemprego entre o ano 2000 e o terceiro trimestre de 2023

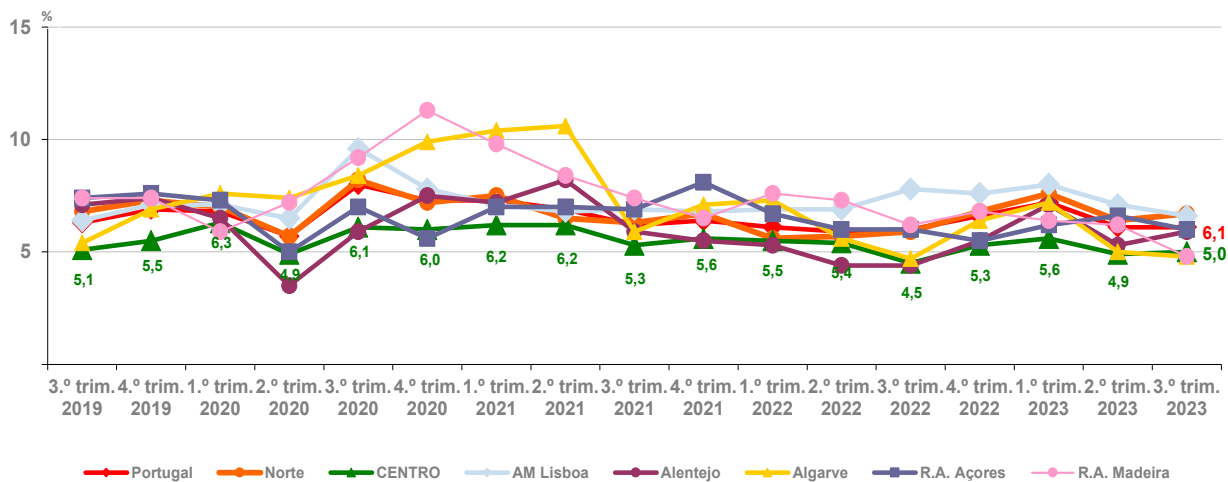


Taxa de desemprego na Região Centro (PT=100) entre o ano 2000 e o terceiro trimestre de 2023

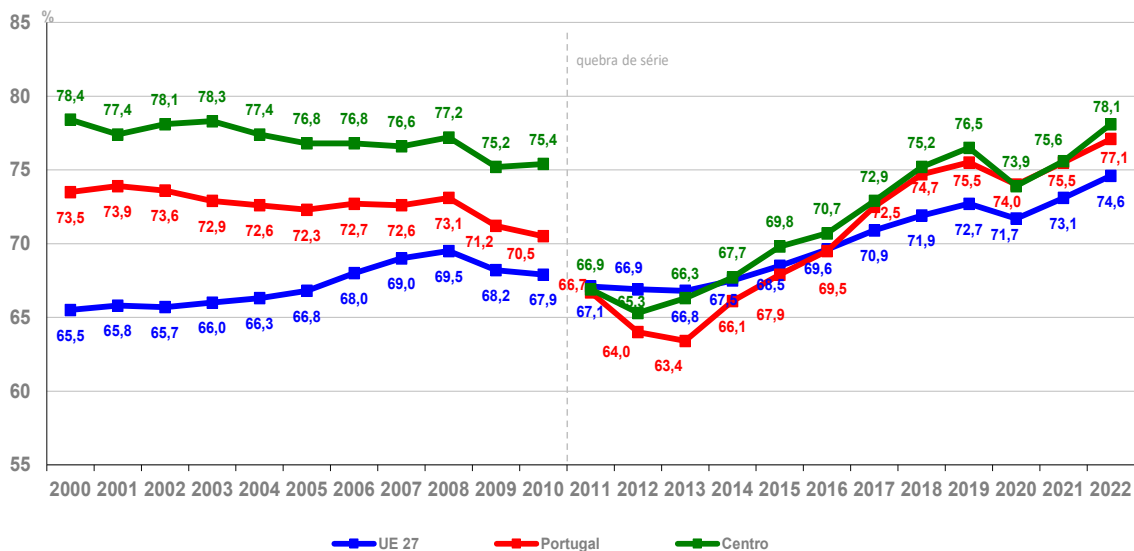




Taxa de desemprego trimestral por regiões NUTS II entre o terceiro trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2023



Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos entre 2000 e 2022





Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego, 3.º trimestre de 2023		Taxa de desemprego, 2022		Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, 2022 (%)
	%	% média nacional	%	% média nacional	
Portugal	6,1	100,0	6,1	100,0	77,1
Norte	6,7	109,8	6,0	98,4	76,0
CENTRO	5,0	82,0	5,2	85,2	78,1
AM Lisboa	6,6	108,2	7,3	119,7	78,2
Alentejo	5,9	96,7	4,9	80,3	78,4
Algarve	4,8	78,7	6,0	98,4	79,2
Açores	6,0	98,4	6,0	98,4	72,4
Madeira	4,8	78,7	7,0	114,8	73,0

No terceiro trimestre de 2023, a taxa de desemprego da Região Centro fixou-se nos 5,0%, tendo aumentado 0,1 pontos percentuais face ao período anterior. A taxa de desemprego regional permaneceu bastante abaixo da média nacional (de 6,1%), representando 82,0% do valor de Portugal. Em termos homólogos, também se assistiu a um acréscimo deste indicador (+0,5 pontos percentuais face ao terceiro trimestre de 2022). Neste trimestre, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira registaram taxas de desemprego inferiores à da Região Centro.

Em termos anuais, em 2022, a taxa de desemprego regional foi de 5,2%, correspondendo a 85,2% da média nacional. O Centro foi a segunda região com o melhor desempenho, depois do Alentejo. Face a 2021, observou-se uma diminuição de 0,6 pontos percentuais na taxa de desemprego regional. A taxa de emprego dos 20 aos 64 anos da Região Centro, em 2022, fixou-se nos 78,1%, superando a média nacional (de 77,1%) e a média europeia (de 74,6%), sendo uma das mais elevadas entre as regiões portuguesas.

Fonte: INE (dados anuais e trimestrais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em novembro de 2023) e Eurostat (dados anuais extraídos pela CCDRC em agosto de 2023).

Notas:

- 1) Em 2021, o INE iniciou uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringiu a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.
- 2) Até 2010, os dados do Inquérito ao Emprego respeitam à série de 1998; entre 2011 e 2020 referem-se à série de 2011 compatibilizada com a série de 2021; e a partir de 2021 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, apenas os dados da série de 1998 não são comparáveis com os restantes (quebra de série).
- 3) Os dados europeus referem-se aos 27 países que atualmente constituem a União Europeia (não incluindo o Reino Unido, que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

Taxa de desemprego = População desempregada/População ativa x 100

Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos = População dos 20 aos 64 anos empregada/População dos 20 aos 64 anos x 100

População ativa: Conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado).

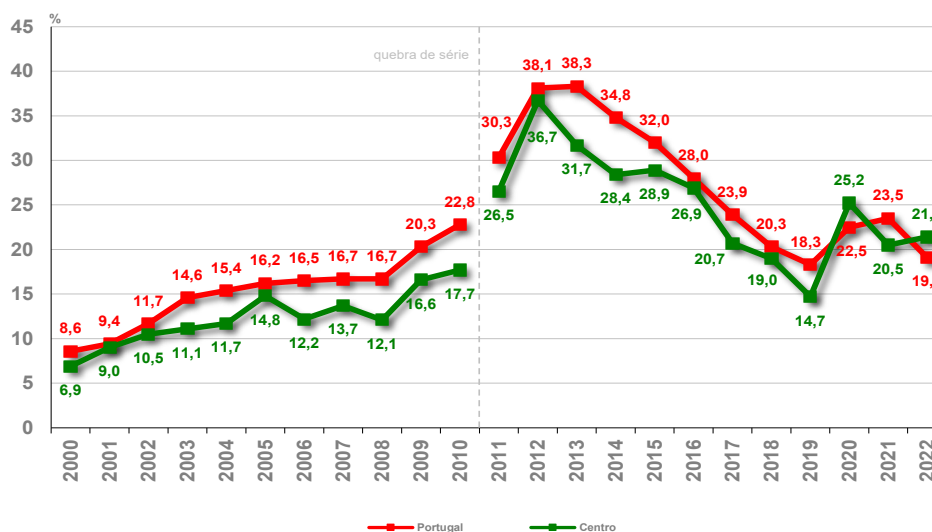
População desempregada: Conjunto de indivíduos com idade dos 16 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; tinha procurado ativamente um trabalho, remunerado ou não, ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores); estava disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não.

População empregada: Conjunto de indivíduos com idade dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou de um benefício, em dinheiro ou em géneros (incluindo o trabalho familiar não remunerado); tinha uma ligação formal a um emprego ou trabalho, mas não estava ao serviço; estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

UE 27 – União Europeia - 27 países (desde 2020)



Taxa de desemprego jovem na Região Centro e em Portugal entre 2000 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego jovem, 2022	
	%	% média nacional
Portugal	19,1	100,0
Norte	17,5	91,6
CENTRO	21,4	112,0
AM Lisboa	19,3	101,0
Alentejo	20,8	108,9
Algarve	x	x
Açores	17,3	90,6
Madeira	x	x

Em 2022, na Região Centro, a taxa de desemprego jovem foi de 21,4%, traduzindo um aumento de 0,9 pontos percentuais face a 2021 e voltando a superar a média nacional (o que em 20 anos só havia ocorrido em 2020). Comparativamente com as restantes regiões portuguesas, o Centro deixou de observar um dos melhores desempenhos neste indicador para passar a apresentar o pior.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados em novembro de 2023 e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2023).

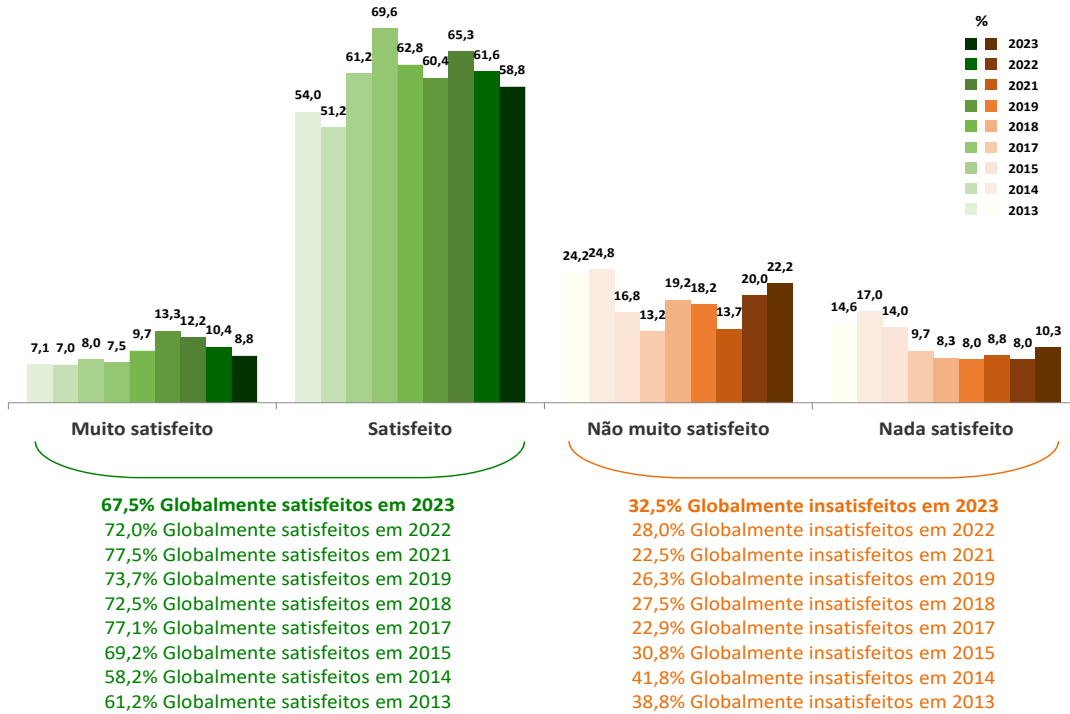
Notas:

- 1) O INE deixou de disponibilizar informação trimestral relativa ao desemprego jovem na Região Centro, pelo que esta ficha passou apenas a conter informação anual.
- 2) Em 2021, o INE iniciou uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringiu a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.
- 3) Até 2010, os dados do Inquérito ao Emprego respeitam à série de 1998; entre 2011 e 2020 referem-se à série de 2011 compatibilizada com a série de 2021; e a partir de 2021 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, apenas os dados da série de 1998 não são comparáveis com os restantes (quebra de série).

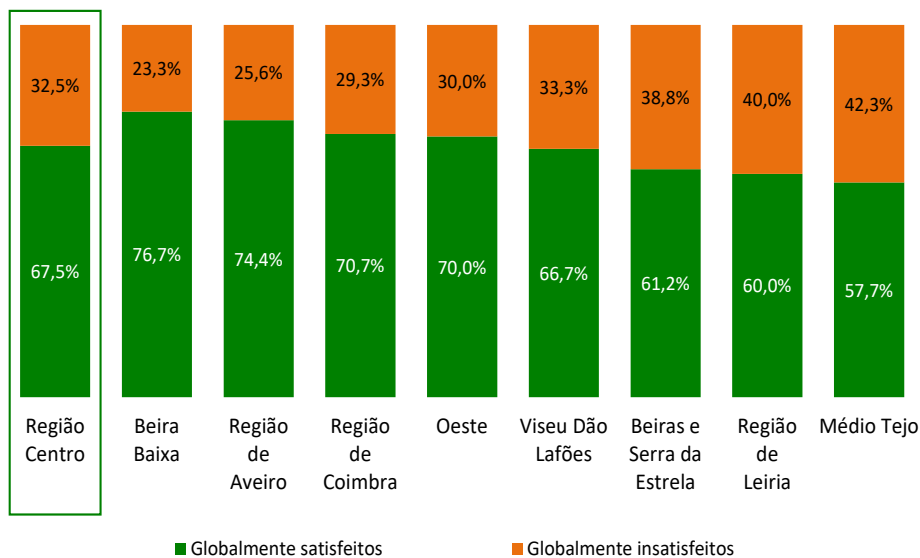
Taxa de desemprego jovem = População desempregada dos 16 aos 24 anos/População ativa dos 16 aos 24 anos x 100



Resultados do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro Grau de satisfação dos residentes na Região Centro

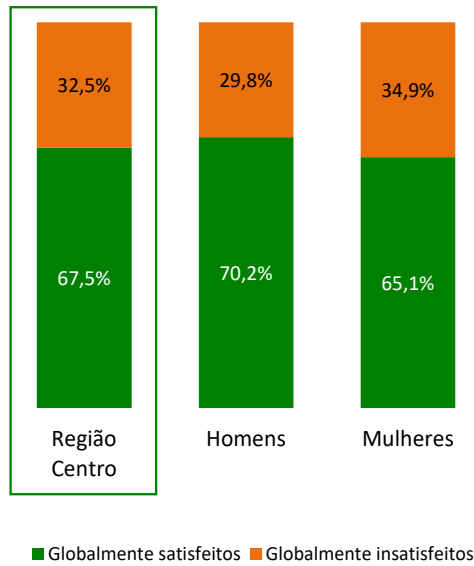


Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sub-região/comunidade intermunicipal de residência em 2023

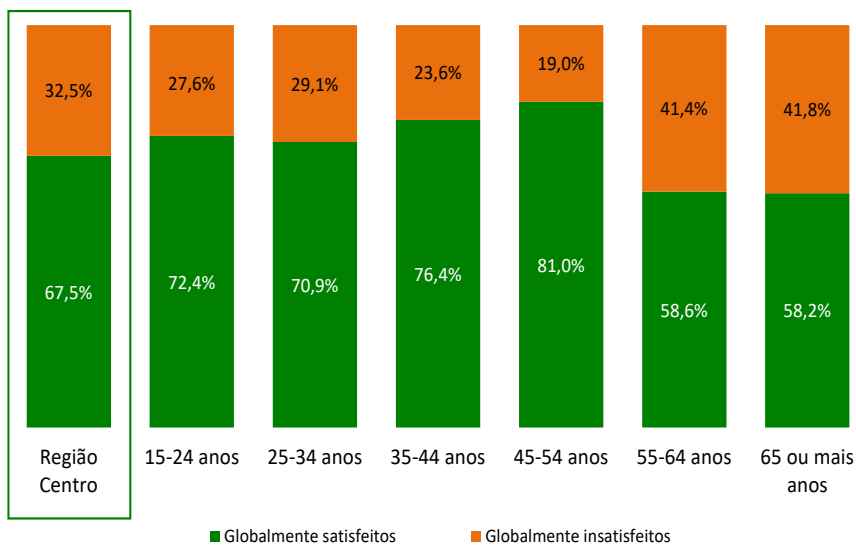




Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sexo em 2023

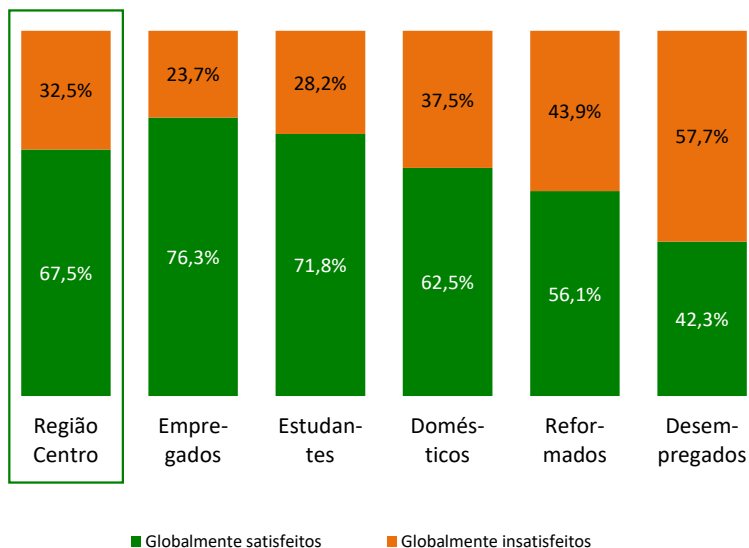


Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por escalão etário em 2023

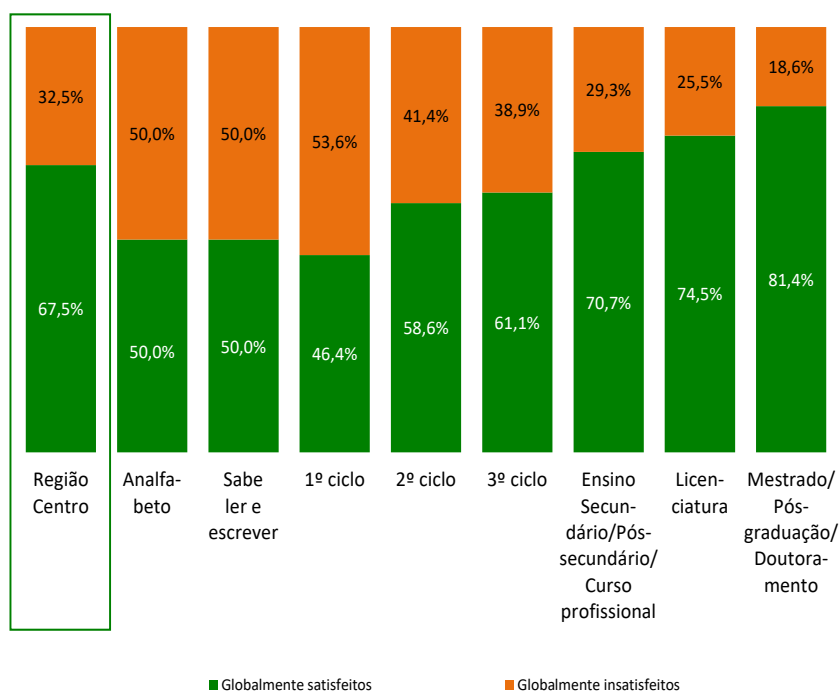




Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por condição perante o trabalho em 2023

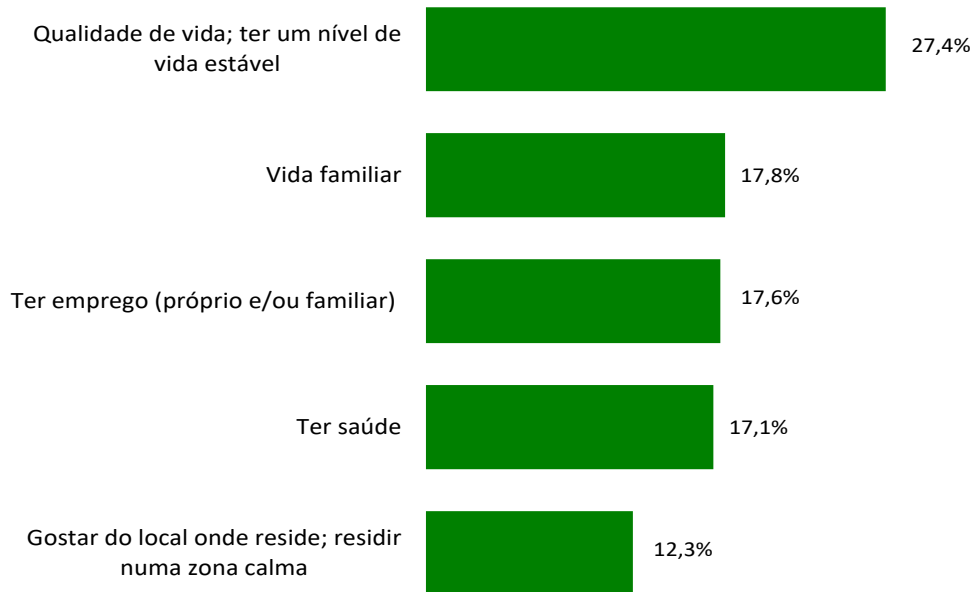


Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por nível de escolaridade em 2023

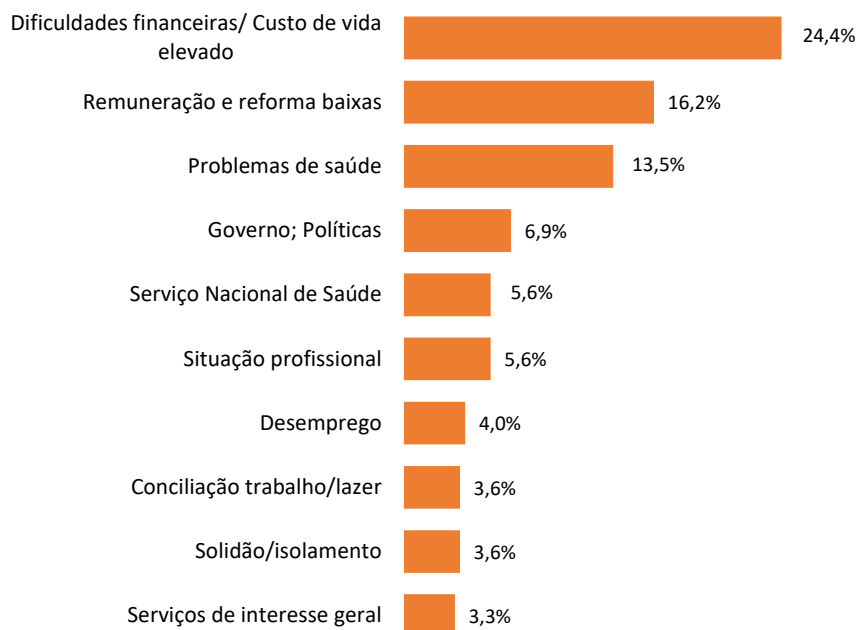




Distribuição dos principais motivos de satisfação dos inquiridos em 2023

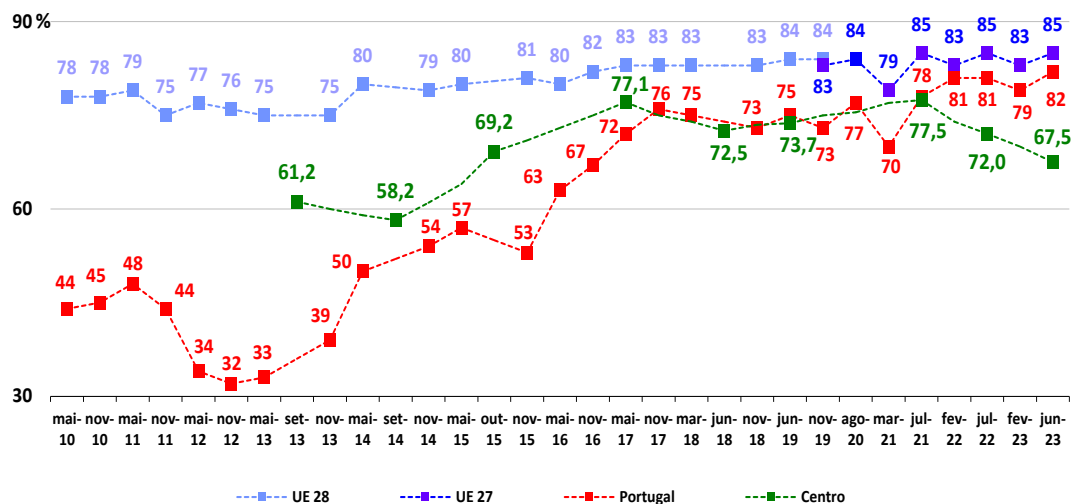


Distribuição dos principais motivos de insatisfação dos inquiridos em 2023





Percentagem de residentes globalmente satisfeitos entre 2010 e 2023



Nota: Os dados da União Europeia referentes a 27 países não incluem o Reino Unido (que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

Grau de satisfação dos residentes na Região Centro

	Indicador médio de satisfação		Grau de satisfação dos residentes							
	Pontos (1 a 4)		Muito satisfeito (1)		Satisfeito (2)		Não muito satisfeito (3)		Nada satisfeito (4)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
UE 27	3,05	3,03	22,0	21,0	63,0	64,0	13,0	12,0	2,0	3,0
Portugal	2,85	2,87	4,0	7,0	78,0	74,0	17,0	18,0	1,0	1,0
CENTRO	2,66	2,74	8,8	10,4	58,8	61,6	22,2	20,0	10,3	8,0
Beira Baixa	2,73	3,03	3,3	30,0	73,3	50,0	16,7	13,3	6,7	6,7
Beiras e Serra da Estrela	2,55	2,68	6,1	7,5	55,1	58,5	26,5	28,3	12,2	5,7
Médio Tejo	2,50	2,64	3,8	7,5	53,8	60,4	30,8	20,8	11,5	11,3
Oeste	2,68	2,66	8,8	6,5	61,3	63,6	18,8	19,5	11,3	10,4
Região de Aveiro	2,74	2,81	8,5	9,0	65,9	67,9	17,1	17,9	8,5	5,1
Região de Coimbra	2,74	2,81	11,1	11,0	59,6	66,0	21,2	16,0	8,1	7,0
Região de Leiria	2,54	2,71	10,8	12,7	49,2	54,0	23,1	25,4	16,9	7,9
Viseu Dão Lafões	2,72	2,68	12,3	8,8	54,4	61,4	26,3	19,3	7,0	10,5



Em 2023, segundo os resultados da nona edição do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro, realizado pela CCDRC, 67,5% consideraram-se globalmente satisfeitos, contra 72,0% da recolha anterior (2022). Dos inquiridos, 8,8% responderam estar “muito satisfeitos”, 58,8% “satisfeitos”, 22,2% “não muito satisfeitos” e 10,3% “nada satisfeitos” com a sua vida. Face ao ano anterior, destaca-se o decréscimo da quota dos “muito satisfeitos” e dos “satisfeitos” e o aumento das quotas dos “não muito satisfeitos” e “nada satisfeitos”, o que resultou num decréscimo da percentagem de inquiridos globalmente satisfeitos. Comparando estes resultados com os da última vaga disponível do Eurobarómetro (em que a mesma questão foi também inquirida), verificamos que os residentes na Região Centro estão cada vez menos satisfeitos relativamente à média dos cidadãos europeus, acentuando-se a divergência que se tem vindo a verificar desde julho de 2021, tendência que também se tem observado face à média nacional. As temáticas do nível de vida, da saúde e do emprego continuam a constar dos principais motivos referidos pelos inquiridos, tanto de satisfação, como de insatisfação. Nesta vaga do inquérito, a qualidade de vida/nível de vida estável manteve-se como o principal motivo de satisfação, seguindo-se a vida familiar e ter emprego. Entre os principais motivos de insatisfação permanecem as dificuldades financeiras/custo de vida elevado, seguindo-se as remunerações e reformas baixas. De destacar, ainda, nesta inquirição de 2023, três motivos inéditos de insatisfação face às vagas anteriores: a insatisfação com a situação profissional (entendida como insatisfação geral com o trabalho, falta de valorização profissional, de oportunidades de trabalho ou de perspetivas de futuro), a conciliação entre trabalho e lazer e a dificuldade no acesso a serviços de interesse geral (sobretudo transportes públicos). Face à inquirição anterior o Serviço Nacional de Saúde, o desemprego e a solidão mantiveram-se como importantes fatores de insatisfação.

Fonte: CCDRC, I.P., Inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro; Comissão Europeia, Eurobarómetro standard.

Notas:

1) A amostra do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro de 2023 foi de 514 entrevistas, com um erro de 4,32 pontos percentuais para um intervalo de confiança de 95%. Foi utilizado o método de amostragem por quotas para garantir a representatividade para o total da NUTS II Centro em termos de distribuição geográfica (comunidade intermunicipal e municípios), mas também ao nível das características dos indivíduos (dimensão populacional dos lugares, género, escalão etário e situação perante o trabalho) e da recolha dos dados (entrevistas telefónicas para rede fixa/móvel e online). A amostra foi distribuída de forma proporcional à população com 15 ou mais anos de idade, verificando-se uma exceção ao nível da distribuição por Comunidade Intermunicipal, dado que foi definido um número mínimo de 30 entrevistas válidas por comunidade. O trabalho de campo decorreu entre os dias 30 de junho e 21 de julho de 2023, tendo sido utilizadas as técnicas de recolha por entrevista telefónica e entrevista online.

2) No quadro, os valores de 2023 de Portugal e da UE27 referem-se à 99.ª vaga do Eurobarómetro (maio/junho de 2023) e os da Região Centro à 9.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (junho/julho de 2023). Já os valores de 2022 respeitantes a Portugal e à UE27 referem-se à 97.ª vaga do Eurobarómetro (junho/julho de 2022) e os valores da Região Centro reportam à 8.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (junho/julho de 2022).

3) A 1.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro decorreu em setembro de 2013, a 2.ª vaga em outubro de 2014, a 3.ª vaga em outubro de 2015, a 4.ª vaga em maio de 2017, a 5.ª vaga em junho de 2018, a 6.ª vaga em junho de 2019; a 7.ª vaga em julho de 2021; a 8.ª vaga em junho/julho de 2022 e a 9.ª vaga em junho/julho de 2023.

4) Em 2020, não foi realizado o inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro devido às circunstâncias provocadas pela pandemia COVID-19, nomeadamente a possível perturbação na obtenção da informação e na análise dos seus resultados.

Globalmente satisfeitos: Inquiridos que respondem estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com a vida que levam.

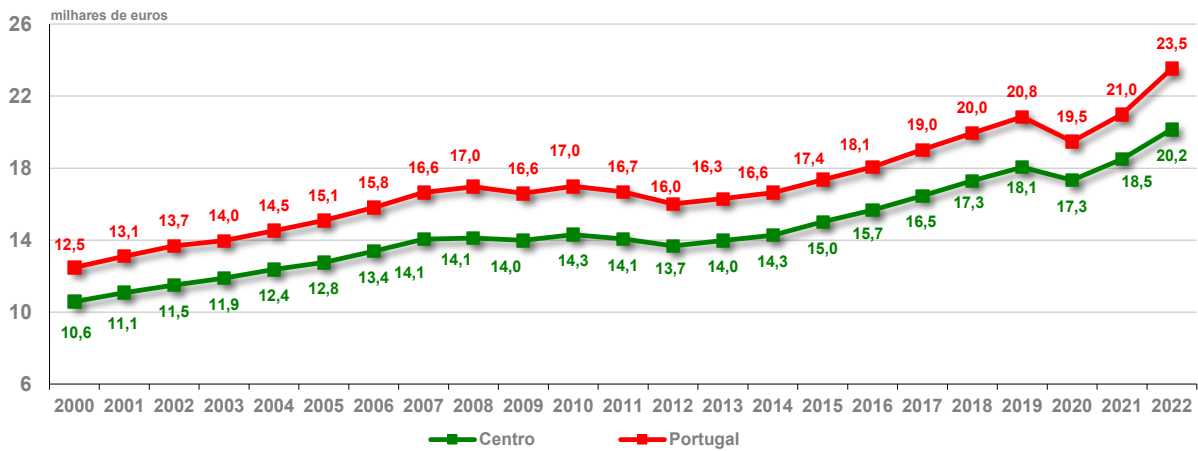
Globalmente insatisfeitos: Inquiridos que respondem estar “não muito satisfeitos” ou “nada satisfeitos” com a vida que levam.

Serviços de interesse geral: serviços que as autoridades públicas classificam como sendo de interesse geral e, por conseguinte, sujeitos a obrigações específicas de serviço público (traduzem necessidades coletivas essenciais). Tais serviços podem ser prestados quer pelo Estado, quer pelo setor privado. São exemplos de serviços de interesse geral os serviços postais, os transportes públicos, os cuidados de saúde, bem como os serviços bancários básicos, a energia e as comunicações eletrónicas.

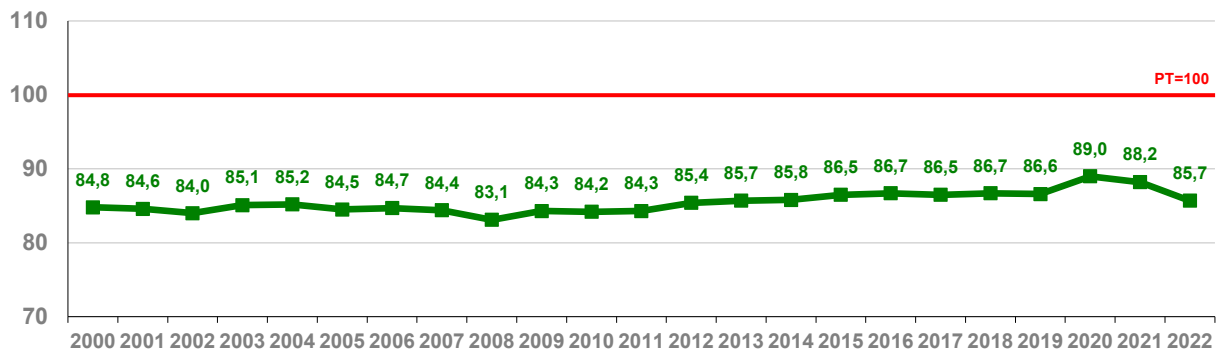
Indicador médio de satisfação = $[4x(\text{número de inquiridos “muito satisfeitos” com a vida que levam}) + 3x(\text{número de inquiridos “satisfeitos” com a vida que levam}) + 2x(\text{número de inquiridos “não muito satisfeitos” com a vida que levam}) + 1x(\text{número de inquiridos “nada satisfeitos” com a vida que levam})] / \text{número total de inquiridos}$



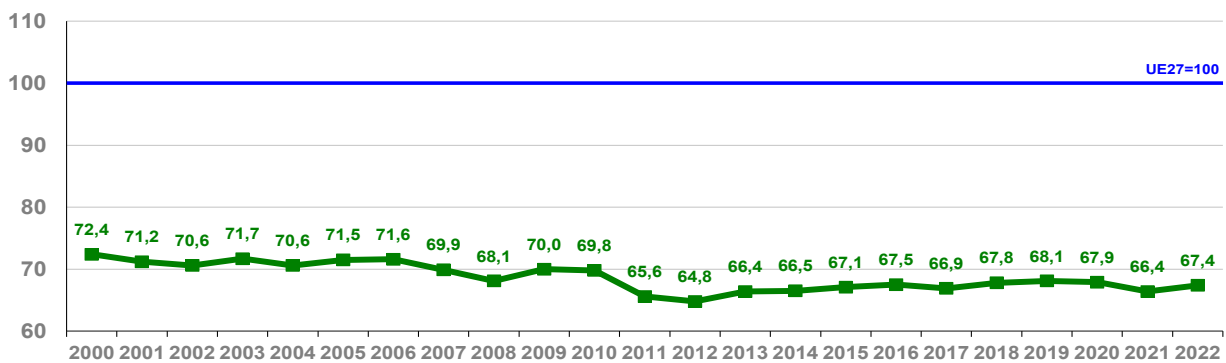
Produto interno bruto por habitante entre 2000 e 2022



Produto interno bruto por habitante na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2022

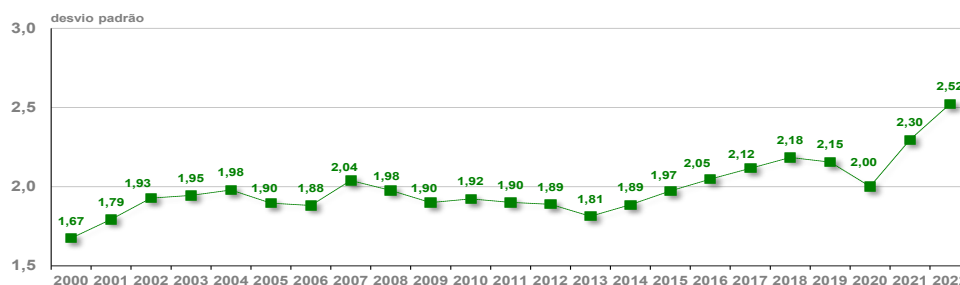


Produto interno bruto por habitante na Região Centro (UE 27=100) em paridades de poder de compra entre 2000 e 2022





Dispersão inter-regional do PIB por habitante na Região Centro entre 2000 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	PIB por habitante, 2022		
	euros	PT=100	UE27=100
Portugal	23.531	100,0	78,7
Norte	20.137	85,6	67,3
CENTRO	20.161	85,7	67,4
AM Lisboa	30.462	129,5	101,9
Alentejo	21.741	92,4	72,7
Algarve	26.754	113,7	89,5
Açores	21.096	89,7	70,6
Madeira	23.675	100,6	79,2

Em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante da Região Centro cifrava-se nos 20.161 euros, mais 1.655 euros do que em 2021. Este valor representava 85,7% da média do país, tendo voltado a divergir do padrão nacional (diminuiu 2,5 pontos percentuais face ao ano anterior). O Centro mantinha-se como uma das regiões portuguesas com menor PIB por habitante (apenas a Região Norte apresentava pior desempenho). Na comparação europeia, o PIB por habitante do Centro correspondia a 67,4% do valor do conjunto dos 27 países da União Europeia, tendo recuperado ligeiramente face ao ano anterior (em que representava 66,4% da média europeia).

As assimetrias territoriais entre as NUTS III da Região Centro, medidas pelo desvio-padrão do PIB por habitante, voltaram a aumentar em 2022, tendo atingido o valor mais elevado desde o início da série. A disparidade sub-regional do PIB por habitante atingia a sua expressão máxima na comparação da Região de Aveiro (23.454 euros por habitante) com as Beiras e Serra da Estrela (16.187 euros por habitante).

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2021 e provisórios de 2022, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2023).

Notas:

- 1) Os dados das Contas Nacionais Portuguesas encontram-se apurados na base 2016 e têm como manual metodológico de referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).
- 2) Os dados para o cálculo da disparidade face à média europeia encontram-se avaliados em paridades de poder de compra. Os restantes indicadores encontram-se avaliados a preços correntes.
- 3) O Reino Unido deixou de ser um estado-membro a partir de 31 de janeiro de 2020, pelo que a União Europeia passou a integrar 27 estados-membros (UE 27).

Produto interno bruto por habitante = Produto Interno Bruto/População residente

Dispersão inter-regional do PIB por habitante: Medido pelo desvio-padrão do PIB por habitante registado em cada ano nas NUTS III da Região Centro (NUTS 2013).

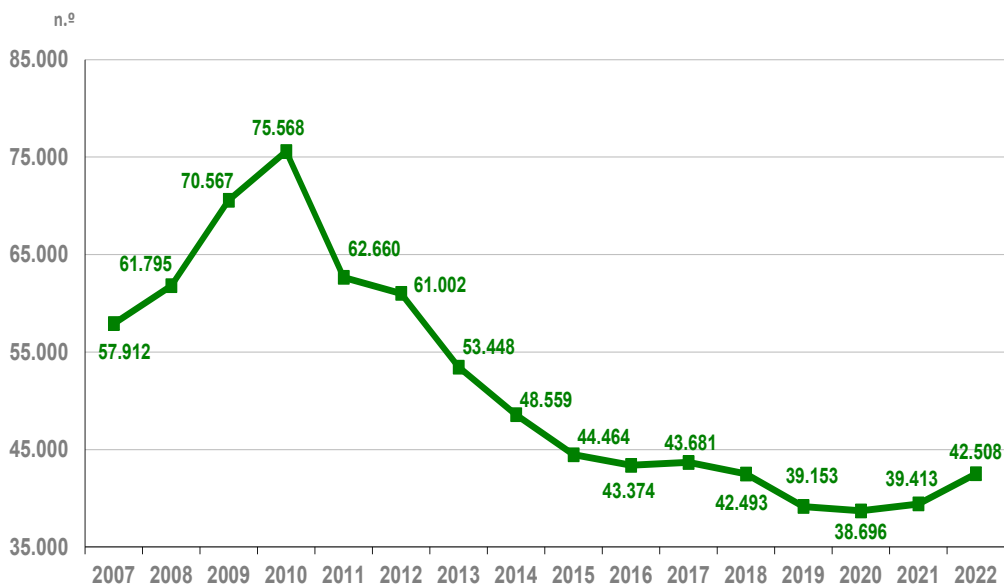
Desvio-padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio-padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio-padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

PIB – Produto Interno Bruto

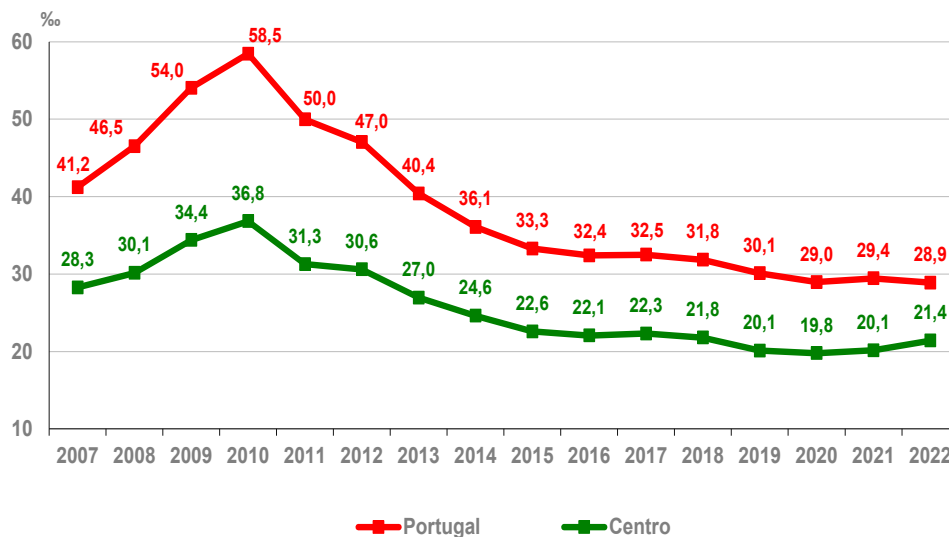
UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)



Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na Região Centro entre 2007 e 2022

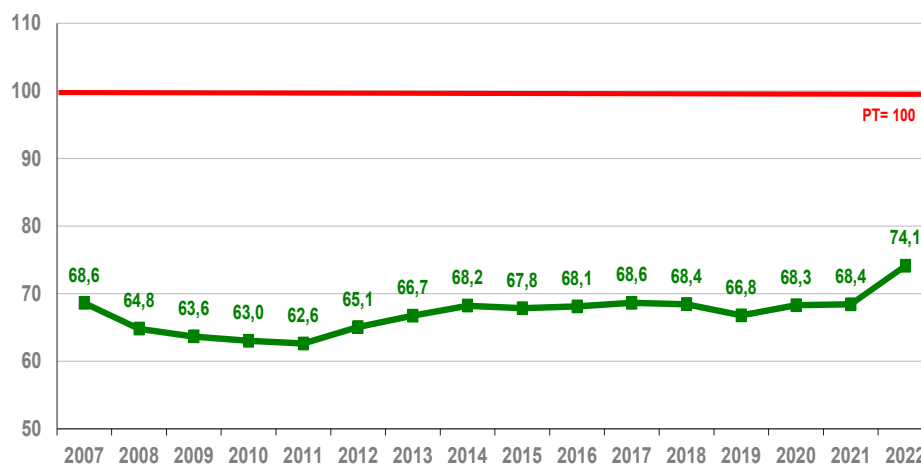


Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa entre 2007 e 2022





Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa na Região Centro (PT=100) entre 2007 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	Beneficiários do RSI, 2022		Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa, 2022
	n.º	%	
Portugal	262.545	28,9	100,0
Norte	91.914	28,9	100,2
CENTRO	42.508	21,4	74,1
AM Lisboa	75.498	30,6	105,8
Alentejo	19.195	30,7	106,4
Algarve	12.328	30,3	105,0
Açores	14.343	70,2	243,1
Madeira	6.523	29,5	102,2

Em 2022, na Região Centro, existiam 42,5 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), após um aumento de 7,9% face ao ano anterior, que representavam 16,2% do total nacional. Este valor correspondia a 21,4 beneficiários por cada 1.000 habitantes em idade ativa (com mais de 15 anos) que, apesar do aumento face ao ano anterior, continuava a ser o menor valor entre as sete regiões portuguesas. O Centro mantinha-se, assim, abaixo da média nacional, sendo a única região com este desempenho favorável. Contudo, em 2022, o seu posicionamento piorou, uma vez que foi o ano em que mais se aproximou do padrão nacional.

Fonte: INE/Instituto de Informática, I.P. (dados anuais, disponibilizados em agosto de 2023 e extraídos pela CCDRC em setembro de 2023).

Notas:

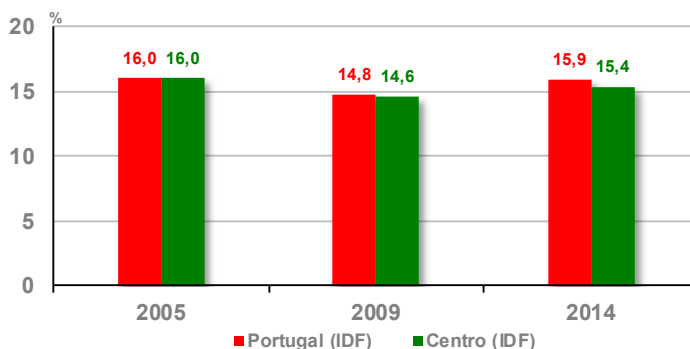
1) O total de Portugal inclui beneficiários do RSI com residência não determinada.

2) Nos anos de 2013 e 2014, a atualização dos dados de acordo com o código da divisão administrativa, que decorre das Leis n.º 61/2012 de 5 de dezembro, n.º 56/2012 de 8 de novembro e n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, não se encontra completa.

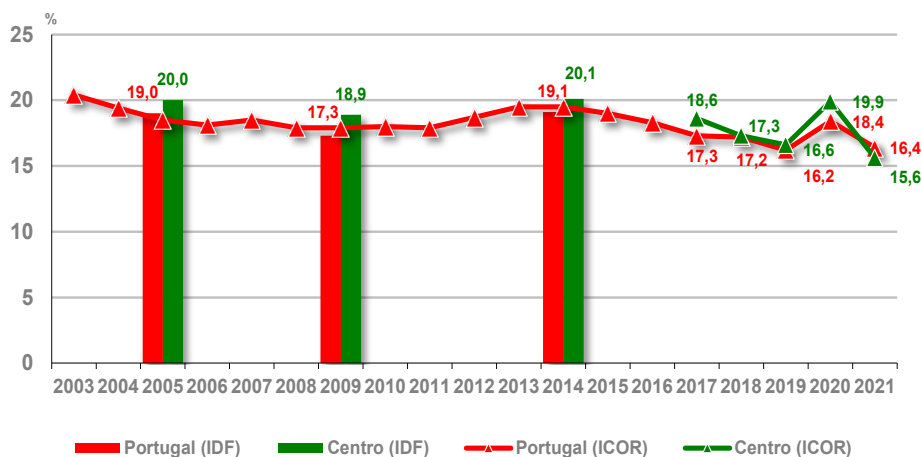
Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa = Beneficiários do RSI/População média residente com mais de 15 anos x 100
RSI – Rendimento Social de Inserção



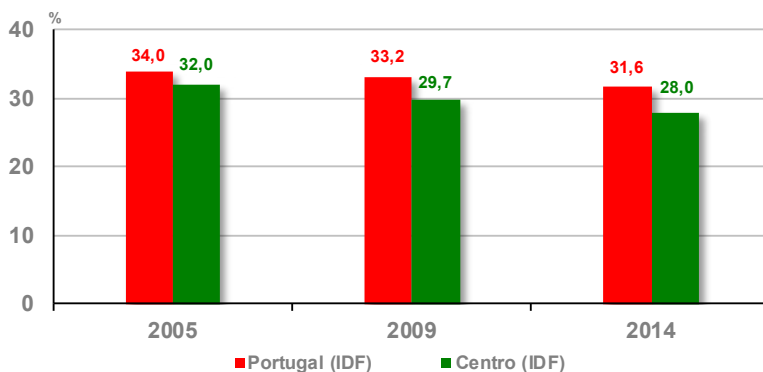
Taxa de risco de pobreza (rendimento total) em 2005, 2009 e 2014



Taxa de risco de pobreza (rendimento monetário)

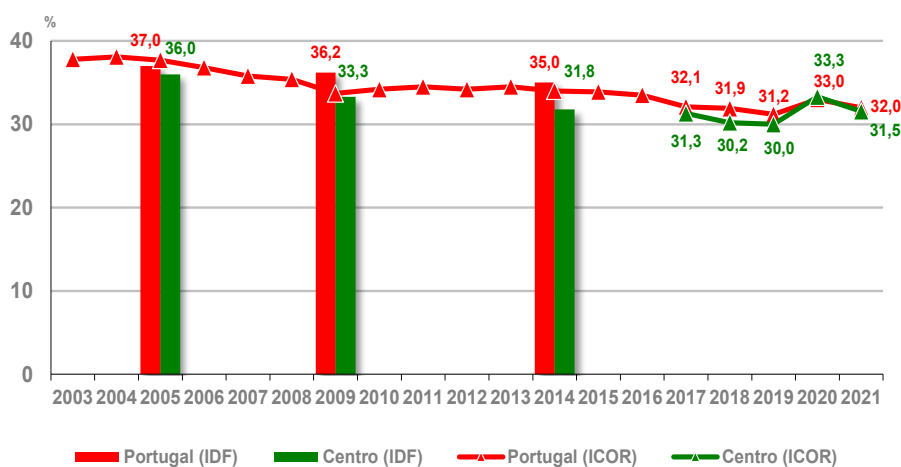


Coefficiente de Gini (rendimento total) em 2005, 2009 e 2014





Coeficiente de Gini (rendimento monetário)



Inquérito às Condições de Vida das Famílias (ICOR)

Rendimento monetário líquido equivalente, 2021

	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)	Desigualdade na distribuição de rendimentos - S80/S20 (%)
Portugal	16,4	32,0	5,1
Norte	20,0	31,2	5,0
CENTRO	15,6	31,5	5,0
AM Lisboa	10,4	31,4	5,0
Alentejo	14,9	30,8	4,8
Algarve	22,1	31,8	5,1
Açores	25,1	34,8	6,0
Madeira	25,9	32,4	5,3

Inquérito às Despesas das Famílias (IDF)

	Rendimento total, 2014		Rendimento monetário, 2014	
	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)
Portugal	15,9	31,6	19,1	35,0
Norte	17,7	29,8	20,1	32,1
CENTRO	15,4	28,0	20,1	31,8
AM Lisboa	12,4	33,9	15,4	37,8
Alentejo	15,6	28,2	18,1	31,1
Algarve	15,6	29,4	20,9	33,5
Açores	27,5	33,8	28,3	37,3
Madeira	21,6	31,7	27,8	36,2



Em 2021, o risco de pobreza na região diminuiu, tendo atingido o valor mais baixo da série e retomando a tendência decrescente dos últimos anos, após a interrupção verificada em 2020. Assim, na Região Centro, a taxa de risco de pobreza situava-se nos 15,6% (comparando com 19,9%, em 2020), valor abaixo da média nacional de 16,4%, sendo o terceiro mais baixo das sete regiões do país, a seguir à Área Metropolitana de Lisboa e ao Alentejo. Em 2014, este indicador atingia os 20,1% (acima da média do país), tendo por base apenas os rendimentos monetários, diminuindo para os 15,4% quando se consideravam os rendimentos não monetários, que assumem uma grande relevância na atenuação das situações de pobreza e de exclusão social e têm particular importância na Região Centro.

Em 2021, na região, também se assistiu à diminuição das desigualdades na distribuição do rendimento face ao ano anterior, apesar de se manter uma distribuição fortemente assimétrica e acima dos níveis verificados antes de 2020. Deste modo, o coeficiente de Gini registava um valor de 31,5% (comparando com 33,3%, em 2020), colocando o Centro na quarta posição entre as sete regiões portuguesas e abaixo do padrão nacional (portanto, com uma distribuição menos desigual face à média nacional). Em 2014, este indicador cifrava-se nos 31,8% relativamente ao rendimento monetário e nos 28,0% relativamente ao rendimento total, concluindo-se, como já referido anteriormente, que os rendimentos não monetários assumiam um importante papel na diminuição da desigualdade na distribuição do rendimento. Também na distância entre o rendimento dos 20% da população com maiores recursos e o rendimento dos 20% da população com recursos mais baixos, a região viu as desigualdades diminuir (5,0 em 2021, contra 5,6 em 2020). Neste indicador, a região posicionava-se ligeiramente abaixo da média do país (de 5,1), indicando uma distribuição dos rendimentos ligeiramente menos assimétrica na região do que o padrão nacional.

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias (IDF) 2005/2006, 2010/2011 e 2015/2016 (dados quinquenais) e Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) 2018-2022.

Nota: O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias realizado sobre rendimentos monetários de 2017 (ICOR 2018), foi o primeiro desta série que permitiu obter estimativas regionais.

Rendimento total: É composto pela soma do Rendimento Monetário com o Rendimento não Monetário.

Rendimento monetário líquido: Inclui os rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social.

Rendimento não monetário: Coincidente com a despesa não monetária, abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito), recebimentos em géneros e salários em espécie.

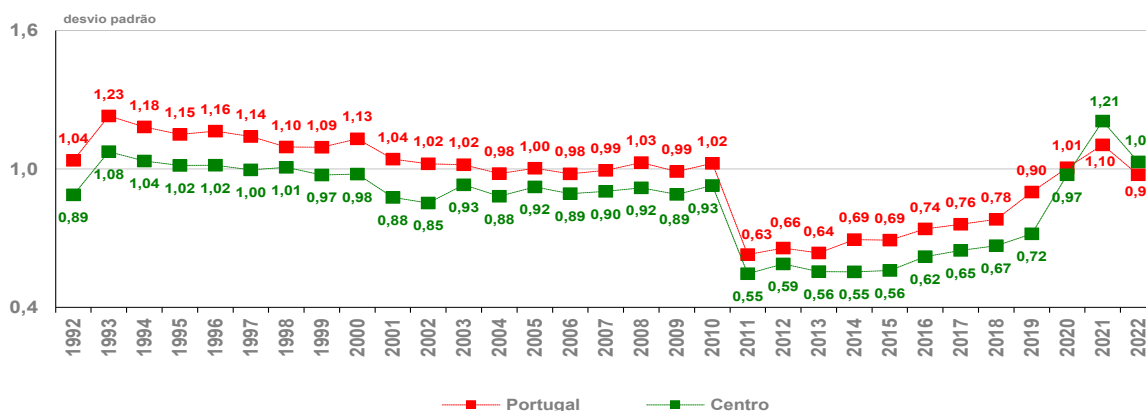
Coefficiente de Gini: Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Taxa de risco de pobreza: Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente.

Rendimento por adulto equivalente: Resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes". "Adultos equivalentes" é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.



Dispersão concelhia da taxa de variação populacional entre 1992 e 2022



Posicionamento da Região Centro

Taxa de variação populacional dos municípios, 2022

	Dispersão concelhia				
	Desvio padrão	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)	Máximo (%)	Mínimo (%)	Média (%)
Portugal	0,97	0,00	4,50	-2,77	0,07
Norte	0,85	-0,13	2,13	-1,69	0,08
CENTRO	1,03	0,06	2,91	-1,78	-0,04
AM Lisboa	0,57	-0,41	1,62	-0,47	0,70
Alentejo	1,00	0,02	2,57	-2,77	-0,18
Algarve	0,90	-0,08	1,42	-2,21	0,18
Açores	1,16	0,18	4,50	-0,46	0,59
Madeira	0,96	-0,02	2,60	-1,16	0,27

Em 2022, a avaliar pela dispersão concelhia da variação da população, assistiu-se a uma diminuição das assimetrias territoriais na Região Centro e no País. Apesar da aproximação do Centro à média nacional, a região posicionava-se acima do valor de Portugal. Face às restantes regiões portuguesas, o Centro assumia a sexta posição na hierarquia nacional, atrás dos Açores, a região com as assimetrias intrarregionais mais acentuadas. As assimetrias intrarregionais no Centro assumiam a sua expressão máxima na comparação entre Óbidos, o município cuja população mais cresceu (+2,91%), e Manteigas, o município que mais população perdeu (-1,78%).

Fonte: INE, Estimativas da População Residente (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2023).

Dispersão concelhia da taxa de variação populacional: Medida pelo desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios da respetiva unidade territorial.

Dispersão concelhia da taxa de variação populacional face à média nacional = Desvio padrão da taxa de variação populacional anual registada nos municípios da unidade territorial – Desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios do país

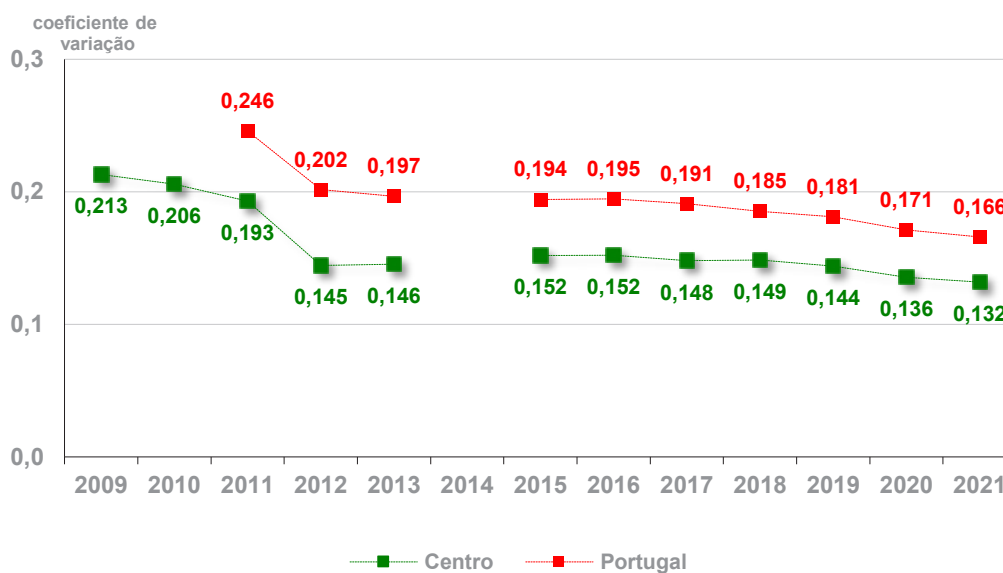
Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0, indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estejam presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

p.p. - Pontos percentuais



Dispersão concelhia do rendimento familiar por habitante entre 2009 e 2021



Posicionamento da Região Centro

Rendimento familiar por habitante, 2021							
Dispersão concelhia							
	Coeficiente de variação		Desvio padrão		Máximo (euros)	Mínimo (euros)	Média (euros)
	Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)	Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)			
Portugal	0,166	0,0	1.288	0,0	13.415	5.210	7.766
Norte	0,169	0,003	1.204	-84,2	11.352	5.210	7.132
CENTRO	0,132	-0,034	1.019	-268,8	11.220	5.781	7.726
AM Lisboa	0,136	-0,029	1.354	65,8	13.415	8.055	9.921
Alentejo	0,103	-0,063	828	-460,1	10.177	6.406	8.031
Algarve	0,102	-0,064	798	-489,9	9.736	6.119	7.804
Açores	0,158	-0,008	1.320	32,0	10.317	6.288	8.365
Madeira	0,275	0,109	1.944	656,2	11.410	5.681	7.082



Na Região Centro, em 2021, a dispersão concelhia do rendimento familiar relativizado pela população residente voltou a observar um mínimo histórico, traduzindo a tendência de redução das assimetrias regionais desde 2015. Com esta evolução, a dispersão do rendimento das famílias na Região Centro voltou a distanciar-se dos valores registados nos primeiros anos da série, mantendo-se abaixo da média nacional. Relativamente às restantes regiões portuguesas, o Centro permaneceu como a terceira região com menores assimetrias intrarregionais, depois do Algarve e do Alentejo, por oposição, à Região Autónoma da Madeira (a região portuguesa onde a dispersão concelhia assumiu novamente a sua expressão máxima).

Em 2021, na Região Centro, a média do rendimento familiar por habitante aumentou para os 7.726 euros (aproximadamente mais 357 euros do que em 2020), tendo o valor máximo sido de 11.220 euros (registado no município de Coimbra) e o mínimo de 5.781 euros (ocorrido em Castro Daire).

Fonte: Dados de 2015 a 2021 – INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em julho de 2023); Dados de 2009 a 2013 – cálculos próprios a partir de Autoridade Tributária e Aduaneira (dados recebidos anualmente pela CCDRC) e INE (dados anuais da população).

Notas:

1) A informação relativa ao IRS liquidado, a partir de 2015, não inclui o valor relativo à sobretaxa extraordinária de IRS (em vigor de 2013 a 2017), nem os agregados fiscais com rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado menor do que zero.

2) A partir de 2018 a informação passa a ser referenciada ao município da morada fiscal do contribuinte e a excluir os resultados relativos aos não residentes (inclui resultados dos contribuintes com “residência fiscal parcial”). Os dados relativos aos anos de 2015 a 2020 têm por base a informação das Estimativas Definitivas de População Residente, que incorporam os resultados definitivos dos Censos 2021.

Rendimento familiar por habitante = (Rendimento bruto em sede de IRS – IRS liquidado)/População média residente

Coefficiente de variação: Medida de dispersão relativa obtida dividindo o desvio padrão pela média. Quanto maior o valor do coeficiente de variação, maior é a dispersão dos dados; quanto menor o valor do coeficiente de variação, mais homogêneos são os dados e menores as assimetrias regionais.

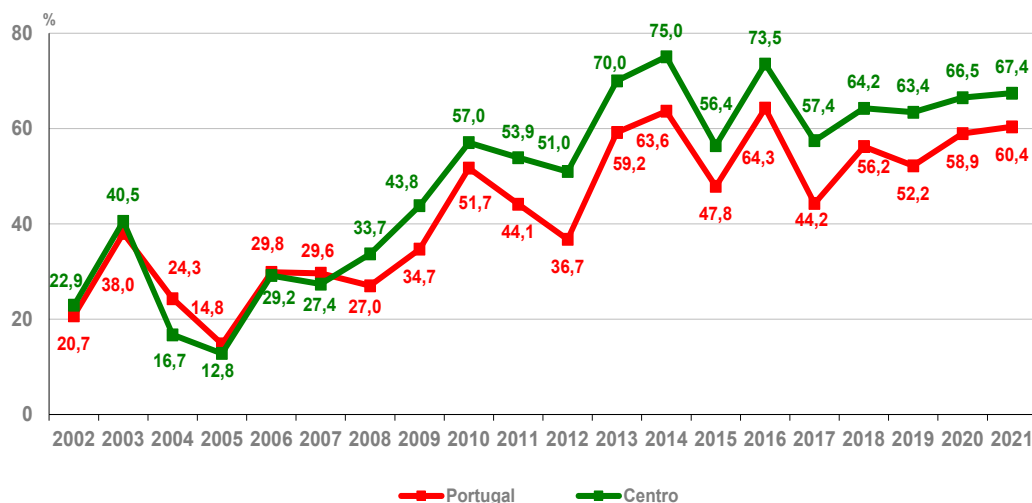
Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

IRS – Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares

p.p. – Pontos percentuais



Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica entre 2002 e 2021



Posicionamento da Região Centro

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica, 2021 (%)

Portugal	60,4
Norte	105,0
CENTRO	67,4
AM Lisboa	3,3
Alentejo	48,9
Algarve	32,5
Açores	38,4
Madeira	31,7

Em 2021, 67,4% da energia elétrica consumida na Região Centro foi produzida através de energias renováveis, tendo este peso no país sido de 60,4%. Face a 2020 observou-se, na região, um aumento de 0,9 pontos percentuais neste indicador, resultado, por um lado, da recuperação do consumo de eletricidade (ainda que aquém da realidade pré-pandemia), e por outro, do aumento da importância do setor renovável na produção de eletricidade, maioritariamente suportado pela componente eólica. Neste ano, a produção renovável regional distribuiu-se entre energia eólica (74,7% face a 70,4% em 2020), hídrica (24,8% contra 27,6% em 2020) e fotovoltaica (0,5% versus 1,9% em 2020). O Centro manteve-se como a região com a segunda maior produção de eletricidade através de energias renováveis face ao seu consumo de energia (a seguir à Região Norte). De facto, a Região Centro é, tendencialmente, mais produtora de energias renováveis do que consumidora. Assim, enquanto a quota regional de produção de energias renováveis se situava, em 2021, nos 29,8%, em termos de consumo de eletricidade fixava-se nos 26,7%.

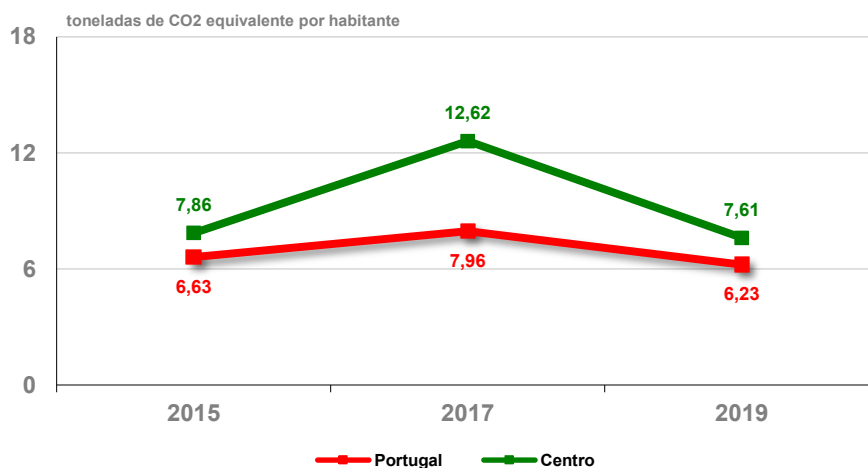
Fonte: Cálculos próprios a partir de INE/Direção-Geral de Energia e Geologia (dados anuais, disponibilizados em junho de 2023 e extraídos pela CCDRC em setembro de 2023).

Nota: Os dados da produção de eletricidade não incluem microprodução e miniprodução.

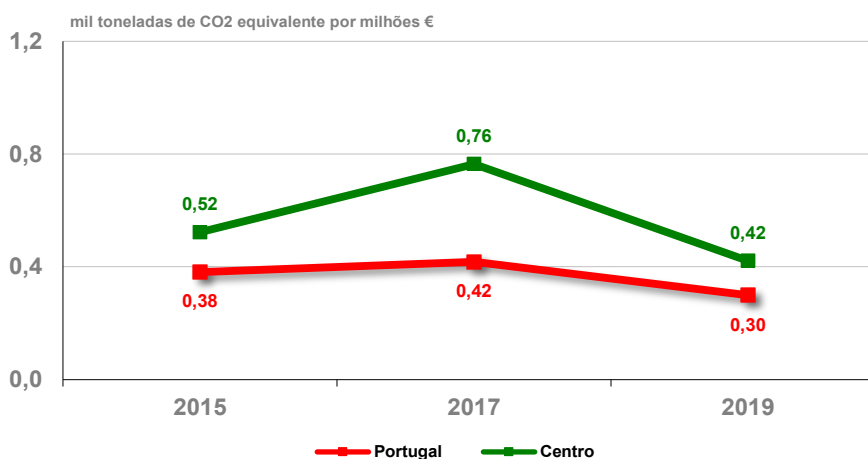
Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia = Produção de eletricidade através de energia eólica, geotérmica, hídrica e fotovoltaica/Consumo total de eletricidade x 100



Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por habitante em 2015, 2017 e 2019

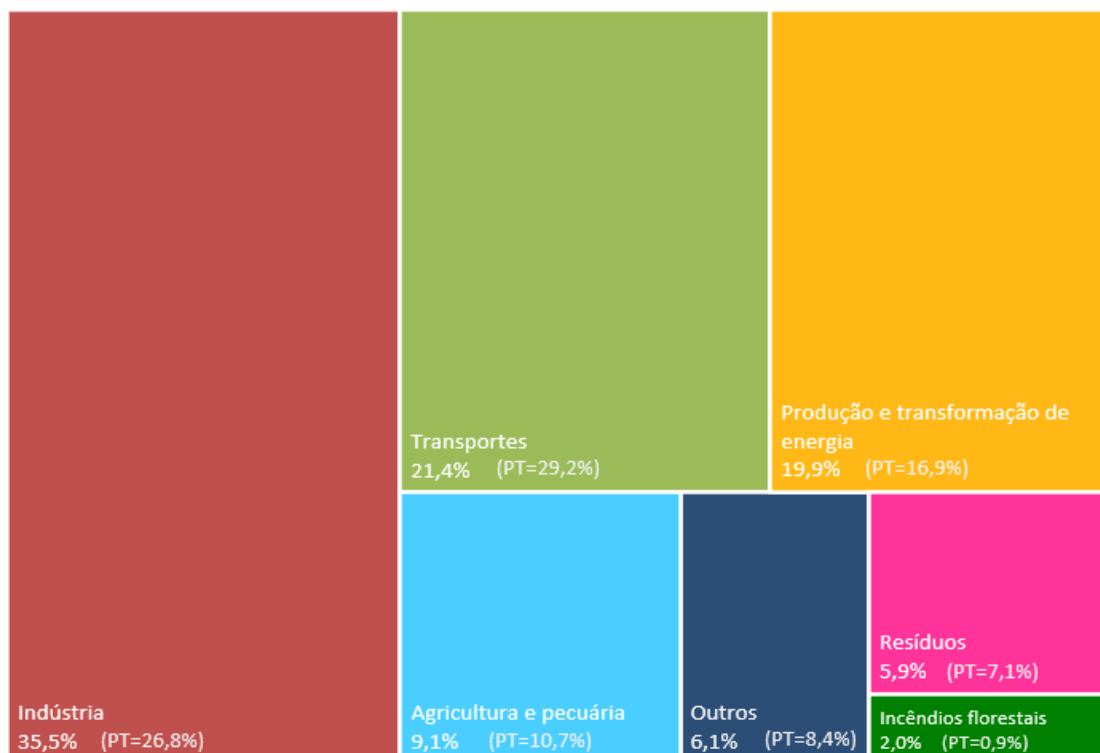


Peso da emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa no Produto Interno Bruto (intensidade carbónica) em 2015, 2017 e 2019





Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por setores de emissão, 2019



Posicionamento da Região Centro

Emissão total estimada de gases com efeito de estufa, 2019				
	Peso no total nacional (%)	Por habitante (t de CO2 equivalente por habitante)	Por quilómetro quadrado (kt de CO2 equivalente por Km2)	Peso no PIB (kt de CO2 equivalente por M€)
Portugal	100,0	6,23	0,70	0,30
Norte	24,3	4,36	0,73	0,25
CENTRO	26,3	7,61	0,60	0,42
AM Lisboa	20,1	4,51	4,28	0,17
Alentejo	21,4	19,51	0,43	1,03
Algarve	2,9	4,23	0,37	0,18
Açores	3,1	8,28	0,87	0,45



Em 2019, tanto a emissão de gases com efeito de estufa (GEE) por habitante na Região Centro, como o peso que a emissão de GEE assumia no Produto Interno Bruto da região eram superiores ao valor nacional e a todas as restantes regiões do país com exceção do Alentejo e dos Açores. Apenas quando se relativizava a emissão regional de GEE pela superfície do território é que a região se posicionava abaixo da média nacional. No entanto, em todos estes indicadores tem-se assistido a uma tendência decrescente de GEE emitidos, com os valores de 2019 a situarem-se abaixo dos de 2015 (note-se que 2017 foi um ano de seca e conseqüentemente de redução da produção hidroelétrica e com grandes (e atípicos) incêndios florestais, o que provocou um grande aumento dos níveis de emissões de GEE). Esta evolução traduz alterações no paradigma energético, nomeadamente a opção por formas de energia menos intensivas em carbono (com destaque para o gás natural) e a aposta crescente em fontes de origem renovável (com especial relevância da energia eólica).

Em 2019, a Região Centro era responsável por 26,3% do total das emissões de GEE do país, sendo a região portuguesa com maior quota de emissões. O dióxido de carbono era o gás com efeito de estufa mais emitido, representando 77% do total de emissões de GEE na região, acima da média nacional (75%). Seguiu-se o metano (normalmente mais associado ao setor agrícola e dos resíduos), responsável por 12% das emissões de GEE na região (a quota nacional era de 14%). As principais fontes de emissão de GEE eram a indústria (incluindo combustão, processos industriais e uso de produtos), com um peso na região bastante superior ao nacional (35,5% contra 26,8%), o setor dos transportes, com destaque para os transportes rodoviários (quota de 19,9% na região, face a 26,4% em termos nacionais) e o setor de produção e transformação de energia (peso de 19,9% na região, face a 16,9% em termos nacionais).

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Inventário Nacional de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (cálculos próprios a partir dos dados relativos às Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho, 2015, 2017 e 2019, disponibilizados no site da APA com referência a agosto de 2021).

Notas:

- 1) Para o cálculo da emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa foram considerados os seguintes gases: Dióxido de carbono (CO₂); Metano (CH₄); Óxido nitroso (N₂O) e Gases Fluorados com efeito de estufa abrangidos pelo Protocolo de Quioto (F-Gases).
- 2) Os coeficientes usados para o cálculo do total estimado de Gases com Efeito de Estufa em CO₂ equivalente são os definidos pelo IPCC 2007 (*Intergovernmental Panel on Climate Change, Fourth Assessment Report*) e exprimem o efeito, nas propriedades de radiação da atmosfera, de 1 tonelada do gás em causa relativamente a uma tonelada de CO₂ para um período de vida de 100 anos: equivalente CO₂ = 1 tonelada de CO₂; equivalente N₂O = 298 toneladas de CO₂; equivalente CH₄ = 25 toneladas de CO₂.
- 3) De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente, a distribuição espacial das emissões de poluentes atmosféricos por município baseia-se, para um grande número de situações, numa abordagem *top-down*, recorrendo a variáveis *proxy* e tendo por base pressupostos, pelo que é aconselhada precaução na interpretação dos resultados e cuidado na análise da variabilidade inter-anual das emissões a um nível desagregado.

Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por habitante = Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa/População residente

Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por quilómetro quadrado = Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa/Superfície do território

Peso da emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa no Produto Interno Bruto (intensidade carbónica) = Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa/Produto Interno Bruto

CO₂ - Dióxido de carbono

CH₄ - Metano

N₂O - Óxido nitroso

F-Gases - Gases Fluorados

GEE - Gases com Efeito de Estufa

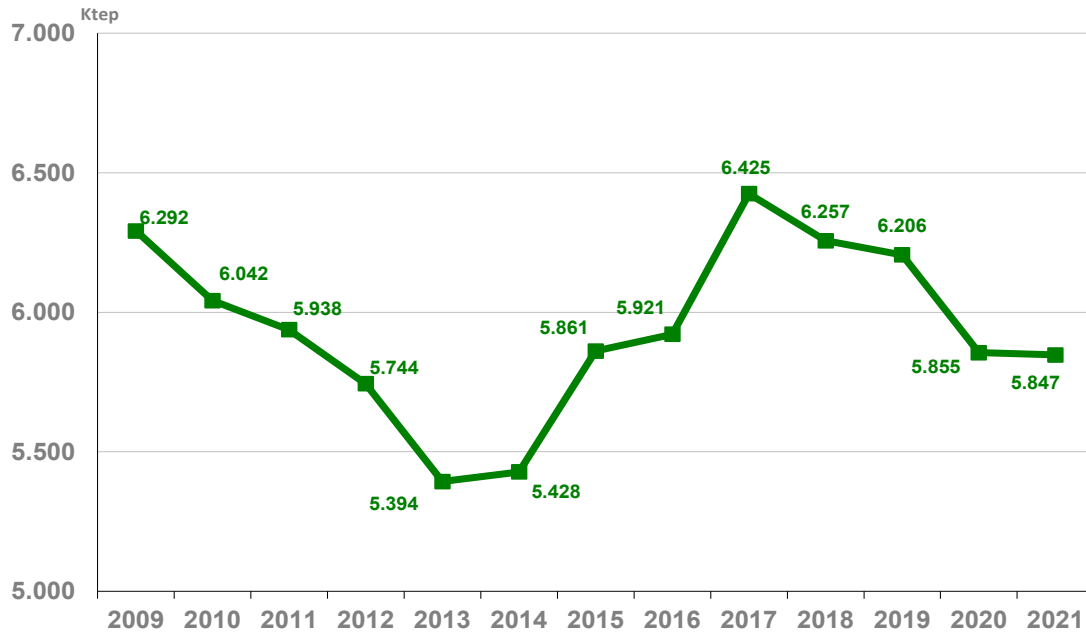
PIB - Produto Interno Bruto

t - toneladas

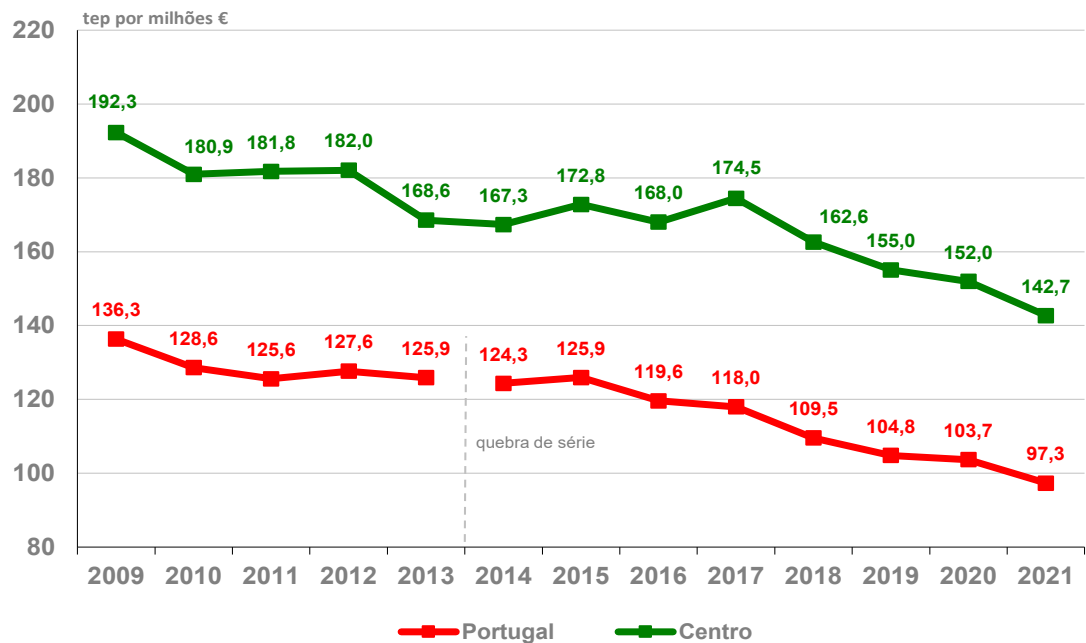
kt - quilotoneladas (mil toneladas)



Consumo de energia primária na Região Centro entre 2009 e 2021



Consumo de energia primária no PIB entre 2009 e 2021





Posicionamento da Região Centro

	Consumo de energia primária, 2021 (ktep)	Consumo de energia primária no PIB, 2021 (tep por milhões de €)
Portugal	20.868	97,3
Norte	4.905	75,8
CENTRO	5.847	142,7
AM Lisboa	3.783	49,5
Alentejo	3.504	256,5
Algarve	646	69,8
Açores	342	77,3
Madeira	334	68,3

Na Região Centro, em 2021, o consumo de energia primária diminuiu para os 5,8 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, registando-se uma redução de 0,14% face a 2020, que contrariou a tendência de crescimento verificada a nível nacional (+0,4%). Este decréscimo foi justificado, em grande medida, pela redução no consumo de gás natural, devido à menor utilização nas centrais térmicas e na cogeração. Ainda assim, o Centro permaneceu como a região portuguesa com o consumo de energia primária mais elevado, concentrando 28,0% do valor nacional.

Relativamente à quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de Produto Interno Bruto (PIB), na Região Centro, em termos médios, era necessário consumir mais energia primária para produzir a mesma riqueza do que no país. No entanto, tem-se observado uma diminuição dessa intensidade energética na região, verificando-se atualmente o valor mais baixo desde 2009.

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, Balanços Energéticos (dados anuais não publicados recebidos pela CCDRC em junho de 2023; informação disponível a 22 de fevereiro de 2023) e INE (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2021).

Notas:

- 1) Os dados de 2021 do consumo de energia primária e do PIB são provisórios.
- 2) A partir de 2014 os valores do consumo de energia primária de Portugal integram a energia renovável produzida pelas bombas de calor, pelo que não são diretamente comparáveis com a série anterior.
- 3) Os valores do consumo de energia primária das regiões do Continente excluem, por impossibilidade da sua desagregação regional, a biomassa, os resíduos renováveis e não renováveis para a produção de calor; a energia renovável proveniente do solar térmico e a energia renovável produzida pelas bombas de calor. Por este motivo, o total de Portugal não coincide com a soma das regiões.
- 4) Tendo como fontes de informação os produtores, importadores e grandes distribuidores de energia, no caso particular dos combustíveis derivados do petróleo, desconhece-se a redistribuição provocada pelas redes de revenda, por grosso e retalho, na localização final do consumo.

Consumo de energia primária: toda a energia utilizada diretamente ou a que é sujeita a transformação para outras formas energéticas. Resulta da soma das importações com a produção doméstica, retirando as saídas e variação de stocks.

Tep - tonelada equivalente de petróleo

PIB – Produto Interno Bruto



BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

ANEXO





Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

	ODS 1 - Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
	ODS 2 - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
	ODS 3 - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
	ODS 4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
	ODS 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas
	ODS 6 - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
	ODS 7 - Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
	ODS 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
	ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
	ODS 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
	ODS 11 - Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
	ODS 12 - Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
	ODS 13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
	ODS 14 - Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
	ODS 15 - Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade
	ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
	ODS 17 - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável



Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.

Cofinanciado por:

